

PEDRO LUIZ RODRIGUES BARRETO

**Gênese e Sentido da Política Externa Independente;
a afirmação internacional do Brasil
no pensamento político-estratégico de San Tiago Dantas**

Belo Horizonte
2021

PEDRO LUIZ RODRIGUES BARRETO

**Gênese e Sentido da Política Externa Independente;
a afirmação internacional do Brasil
no pensamento político-estratégico de San Tiago Dantas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade de Direito da UFMG, sob a
orientação do Professor Titular
Doutor José Luiz Borges Horta, como
requisito parcial para a obtenção do título de
bacharel em Ciências do Estado,.

Belo Horizonte
2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO DA UFMG**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Pedro Luiz Rodrigues Barreto

**Gênese e Sentido da Política Externa Independente;
a afirmação internacional do Brasil
no pensamento político-estratégico de San Tiago Dantas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade de Direito da UFMG, sob a
orientação do Professor Titular Doutor José
Luiz Borges Horta, como requisito parcial
para a obtenção do título de bacharel em
Ciências do Estado.

-
Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca examinadora

Prof. Titular Dr. José Luiz Borges Horta
(orientador)
UFMG

Prof. Dr. Paulo Roberto Cardoso
UFMG

Prof. Dr. Hugo Rezende Henriques
UFU

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, no Pai, no Filho e no Espírito, pelo dom que é a vida, pela graça que é a redenção, e pelo assombroso mistério que é Sua Providência. *Soli Deo Gloria!*

Agradeço aos meus pais, Fernando e Regina, cujos incomensuráveis sacrifícios por meus sonhos me permitiram chegar até aqui. Por me ensinarem, com palavras e ações, que amar é labor e luta, é afago e afeto.

Agradeço ao Prof. Dr. José Luiz Borges Horta, o intelectual mais cativante que conheço, e meu orientador, pela fé em mim, pelos amplos horizontes que me proporcionou e pela arte que é o *talma*.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais, mina infindável de excelência; e à sua Faculdade de Direito, bastião da Liberdade.

Agradeço aos estudantes de Ciências do Estado, pelo indescritível sonho que compartilhamos.

Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Roberto Cardoso, mestre e amigo, pelas instigantes miradas prospectivas.

Agradeço ao Prof. Dr. Hugo Rezende Henriques, de quem me tornei eternamente escudeiro, por sua paciência e generosidade na revisão deste trabalho.

Agradeço aos brilhantes colegas do Gabinete 1305, na pessoa do Mestre João Batista Miguel, irmão de fé e de lutas.

Agradeço aos companheiros de Faculdade, Kaique Bernardes, Victor Reis, Stephane Bragança, Bárbara Braga, Bruno Bebiano e Laura Gandra, por tornarem a caminhada mais leve e viva.

Agradeço ao meu irmão, Luiz Fernando, pela companhia e pelo cuidado.

Aos amigos, Filipe Mendes, Raquel Mello, Ewerton Natan, Gabriel Fernandes, Miguel Tannure, Thays Vieira, Camila Moura, Isadora Franco, André Santana, Laya Lúcia, Bernardo Martins, Rodrigo Righi, Jonatan Santana, Pércia Lima e Pedro Vuks, obrigado por enriquecerem, de inúmeras formas, a minha vida.

Por fim, a todos os que, ao longo dessa jornada, me apoiaram, me marcaram e me inspiraram dos mais diferentes modos, cujos nomes ocupariam não linhas, mas páginas para serem devidamente citados e reconhecidos, a minha mais sincera gratidão.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	p.6
2. CAMINHOS E ENCRUZILHADAS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	
2.1. Do caminho e seu vir-a-ser	p.9
2.2. O caminho do Império.....	p.13
2.3. A encruzilhada da República.....	p.18
3. O PENSAMENTO DE SAN TIAGO DANTAS E A EMERGÊNCIA DA PEI.	
3.1. Antecedentes imediatos.....	p.28
3.2. Nota introdutória à PEI.....	p.36
3.3. Vislumbres do pensamento de San Tiago Dantas.....	p.38
3.4. Diretrizes estruturantes da PEI.....	p.44
3.4.1. Desenvolvimento.....	p.45
3.4.2. A busca pela paz.....	p.49
3.4.3. A defesa da não intervenção e da autodeterminação dos povos.....	p.54
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Da razão vencida ao Quixote triunfante....	p.58
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.64
6. RESUMO/ABSTRACT.....	p.69

1. INTRODUÇÃO

Distanciando-se de qualquer pretensa neutralidade axiológica,¹ o presente trabalho se insere na esteira de uma *celebração intelectual* ao vivo legado de Francisco Clementino de San Tiago Dantas. A nosso juízo, o resgate de sua figura, quase sessenta anos depois de sua chegada ao Ministério das Relações Exteriores, serve-nos enquanto luminar das questões que o momento presente nos apresenta enquanto Nação. Em especial, tal resgate aponta para a possibilidade, e urgência, de se erguer e aprimorar um pensamento estratégico nacional *do* Estado de Direito, e *para* o Estado de Direito.

Mais do que nunca, a cena contemporânea conclama os verdadeiros estadistas brasileiros a manter hasteada a bandeira da independência e do não-alinhamento de nossa diplomacia, conclamação essa que se dá em face do profundo reordenamento do jogo político internacional. Se já é mais do que nítido o declínio da hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) sobre o mundo,² cabe-nos pontuar que o nascimento de uma ordem geopolítica multipolar não ocorrerá, ao que parece, sem um momentâneo retorno à bipolaridade: um renascimento da Guerra Fria³–

¹ O Professor Doutor José Luiz Borges Horta pontua que o estudo do Estado, em especial da História do Estado, é essencialmente valorativo. Cf. HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011, *passim*.

² Cf. OLIVEIRA, Ana Carolina Rosso de. FRANCO, Sâmia Brito de. O declínio hegemônico norte-americano e a ascensão de um sistema multipolar: sinais que vêm do Oriente. In: *Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 37, p. 7-16, jan./abr. 2016.

³ Em Agosto de 2020, Zhao Lijian, porta-voz da diplomacia chinesa, caracterizou a tentativa do governo norte-americano em deslocar mísseis para o Pacífico Asiático como uma *mentalidade de Guerra Fria*. Retórica à parte, semelhante percepção é compartilhada por diferentes observadores da cena internacional. Ainda na primeira metade da década passada, Luiz Alberto Moniz Bandeira descreveu as tentativas norte-americanas de penetração na Eurásia em termos de uma *Segunda Guerra Fria*. Por sua vez, o analista político Andrew Korybko aponta para uma *nascente Nova Guerra Fria*, diante sobretudo dos enfrentamentos entre EUA e China. Por sua vez, Lixin Xiang, profundo conhecedor da política externa tanto chinesa quanto americana, apontava, ainda durante a presidência de Barack Obama, que os gestos dos EUA na Ásia apontavam para uma *emergência de uma Nova Guerra Fria*. Cf. 'Cold War mentality': China will respond with 'necessary countermeasures' to deployment of US missiles in Asia Pacific. *RT*, 2020. Disponível em: [\[www.rt.com/news/china-missiles-asia-pacific\]](http://www.rt.com/news/china-missiles-asia-pacific). Acesso em: 28 de Agosto, 2020. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013; KORYBKO, Andrew. No, Pompeo, The West Isn't Winning. *Oneworld*, 2020. Disponível em: [\[oneworld.press/?module=articles&action=view&id=1317\]](http://oneworld.press/?module=articles&action=view&id=1317). Acesso em: 18 de Agosto, 2020. XIANG, Lanxin. China and the 'Pivot'. *Survival*, London, vol. 54, n. 5, October/November 2012, p. 113–128.

protagonizada por Washington e seus satélites, de um lado, e o eixo Pequim-Moscou de outro.⁴

Diante desse quadro de instabilidade, como conseguirá o Brasil manter-se em postura de autonomia? Quais seriam os rumos para a perseguição dos interesses nacionais, sem comprometer sua histórica posição de não-alinhamento?

Por isso, faz-se urgente que recuperemos os postulados da Política Externa Independente (PEI) – desenvolvidos por San Tiago Dantas – atualizando-os à luz dos desafios estratégicos de nosso momento. Isso porque, como já se evidenciou na atual condução do Itamaraty, ao se afastar de tais postulados o Brasil se reduz a um papel irrelevante e impotente no contexto internacional. Como referência permanente de nossa atuação, a retomada das proposições da PEI claramente motivou os mais vigorosos momentos da diplomacia brasileira nos últimos 50 anos: particularmente, o *pragmatismo responsável*, política encaminhada pelo chanceler Azeredo da Silveira durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979);⁵ e a política externa *ativa e ativa* de Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores dos governos de Itamar Franco (1992-1994) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).⁶

Nessa perspectiva, propomo-nos a uma remissão histórica do desenvolvimento desse projeto de política exterior, a partir dos textos e pronunciamentos de San Tiago Danta. Para tal, buscaremos justificar as formulações da PEI compreendendo sua emergência enquanto fruto da larga experiência político-diplomática do Estado Brasileiro desde sua Independência. A compreensão dessa experiência requer, a seu turno, elucidar o papel do Barão do Rio Branco na conformação das linhas mestras de nossa política externa e, por conseguinte, na tradição diplomática brasileira. Por sua vez, buscaremos avaliar como San Tiago Dantas empreendeu uma interpretação

⁴ Sobre a relação entre Rússia e China e seu papel na redefinição da ordem internacional ver: LUKIN, Alexander. *China and Russia; the new rapprochement*. Cambridge; Madford: Polity Press, 2018.

⁵ “A diplomacia Geisel-Silveira resgatou o legado conceitual da Política Externa Independente, atualizou e expandiu tal herança [...]” Cf. RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.498. Para uma visão mais apurada do pragmatismo responsável, ver: LIMA, Moreira Sérgio Eduardo (org.). *O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia*. Brasília: FUNAG, 2018.

⁶ Cf. AMORIM, Celso. Prefácio. In: SAN TIAGO, Francisco Clementino de. *Poder nacional, cultura política e paz mundial*; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962). Rio de Janeiro: ESG. 2014.

inovadora de tal tradição, articulando-a com o ideário nacional-desenvolvimentista. A partir da República de 1946, momento em que se inscreve a atuação de Dantas, o desenvolvimento se tornará caminho e destino de estratégia soberana de inserção internacional do país.

2. CAMINHOS E ENCRUZILHADAS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

2.1. Do caminho e seu vir-a-ser

Entregar-se à tarefa de percorrer os caminhos e encruzilhadas pelos quais se desenvolveu a (quase) bicentenária política externa brasileira possibilita-nos uma vasta constelação de reflexões que, com riqueza e diversidade, podem imprimir especial brilho aos campos e searas onde incursionam as mentes fascinadas pelo mistério e o enigma do que é o Brasil. Nesse sentido, decifrar o Brasil a partir da construção de sua diplomacia e da evolução de sua consciência estratégica, apresenta-se, a nosso juízo, como algo não apenas possível, como também necessário. Afinal, como negar o papel crucial que nossa cultura diplomática e política externa desempenharam na construção de nosso Estado-Nação? Que outro país lançou mão de sua inserção internacional para realizar-se tal qual fez o Brasil?⁷

A evolução das nossas vastas fronteiras, por exemplo, deu-se em decorrência de uma incessante e bem sucedida atuação internacional de Portugal – e, posteriormente, do Brasil Independente – orientada a perseguir uma expansão territorial consistente e, em alguma medida, pacífica. Como ressalta o embaixador, e expoente destacável de nossa história diplomática, Rubens Ricupero:

A aceitação pacífica e a consolidação jurídica da expansão da linha de Tordesilhas se deveram essencialmente à energia e à perseverança com que a política externa se devotou sistematicamente à questão até a primeira década do século XX.⁸

Portanto, a centralidade da política exterior para o Brasil revela-se desde a formação do país – afinal, delas proveu-se uma das bases pelas quais o projeto de Estado brasileiro realizou-se: o território.

Não obstante, tal centralidade pode ser elucidada com ainda maior profundidade. É o que faz magistralmente o Professor Doutor José Luiz Borges Horta em sua

⁷ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, *passim*.

⁸ *Ibidem*, p.26.

interpretação da gênese do Estado no Brasil. Em sua recém defendida tese de titularidade, o catedrático da Faculdade de Direito da UFMG situa a fundação do país como Estado, ou (pelo menos) o primeiro momento desta fundação, na Conferência de Viena, em 1815, quando se constituiu formalmente o Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves.⁹ Pontua o professor que, em tal episódio, as terras brasileiras emancipam-se definitivamente de seu status colonial; é a passagem do *Brasil Colônia* para o *Brasil Metrópole*.¹⁰ Desde essa original perspectiva, afirma-se que a própria fundação do Estado brasileiro dá-se de maneira simultânea à sua participação no jogo político internacional, com o epílogo das guerras napoleônicas.

Há, no entanto, quem possa argumentar que a formação do Brasil, ou melhor, do povo brasileiro, seja algo mais pretérito, que deu-se a partir da própria colonização – tese brilhantemente defendida por Darcy Ribeiro, por exemplo.¹¹ Entretanto, sem obstar as contribuições de tais apontamentos para os estudos brasileiros, é imprescindível colocar em ênfase a atuação do próprio Estado no complexo tear de nossa identidade nacional. Aqui, evocamos novamente os postulados de Horta,

⁹ Leciona o jusfilósofo que a “[...] fundação do Brasil como Estado se dá dialeticamente em três momentos: 1815, como Reino Unido, em Viena, 1822, como brado de Independência, no Ipiranga, e 1824, como Império constitucional. Esses momentos se articulam dialeticamente, representando o terceiro momento a reconciliação que permite tanto a liberais a construção de um Estado constitucional quanto a conservadores a fundação do único Império jamais existente nas Américas: portanto, a mais europeia das nações transatlânticas”. Cf. HORTA, José Luiz Borges. *Dialética do Poder Moderador: ensaio de uma ontoteologia do Estado do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG (Tese de Titularidade), 2020, p.158.

¹⁰ Ibidem, p. 84.

¹¹ Ao que parece, Darcy Ribeiro empenha-se em explicar a formação do Brasil e de seu Estado exclusivamente a partir de elementos relativos à ideia de povo: “[...] o Brasil é uma etnia nacional, um povo-nação, assentado num território próprio e enquadrado dentro de um mesmo Estado para nele viver seu destino. Ao contrário da Espanha, na Europa, ou da Guatemala, na América, por exemplo, que são sociedades multiétnicas regidas por Estados unitários e, por isso mesmo, dilaceradas por conflitos interétnicos, os brasileiros se integram em uma única etnia nacional, constituindo assim um só povo incorporado em uma nação unificada, num Estado uni-étnico.” Cf. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 22. Embora este seja elemento constitutivo do Estado, como o tem afirmado a Teoria do Estado desde suas acepções clássicas, não se pode tê-lo como aspecto decisivo do florescer de um Estado-Nação; ao menos, não no caso do Brasil. A nosso juízo, tal abordagem negligencia a necessidade de uma instância de mediação que possibilite o reconhecimento de um povo tão diverso como o brasileiro enquanto uno. Ora, pode-se argumentar que a essencialidade de tal instância revela-se no próprio reconhecimento do homem como tal – cujo ponto de cumeada, na perspectiva de Joaquim Carlos Salgado, encontra-se no Estado: “Finalmente no Estado Universal é possível o pleno reconhecimento do homem, ou, por outra, dar-se a plenitude do ser humano pois que ele só é humano na medida que é reconhecido como tal por todos os homens”. Cf. SALGADO, Joaquim Carlos. O aparecimento do Estado na “Fenomenologia do Espírito” de Hegel. *Revista da Faculdade de Direito UFMG*. Belo Horizonte, v.24, n.17, out/mai, 1976, p.178-193, p.192. Nesse sentido, pode-se dizer que o brasileiro só se reconhece plenamente como tal no seio de seu próprio Estado-Nação.

segundo os quais “a mentalidade da brasilidade evidentemente somente se construiu lenta e paulatinamente”,¹² e teve no Estado o seu principal fomentador e arquiteto.¹³ Logo, o Estado “antecede histórica e logicamente” a identidade nacional¹⁴ – sendo, com isso, impossível acessar a verdade brasileira sem orientar nosso horizonte de reflexões para o próprio Estado; aspecto axial da arquitetura ontológica do Brasil. O Estado constituiu-se a esfera mediadora na qual os mais diversos componentes do povo brasileiro reconheceram-se como partícipes de uma comunhão nacional una. É no Estado, por conseguinte, onde fulgura perfeitamente a própria ideia de Brasil.

Assim, a política externa brasileira, em nosso sentir, participa desse fulgor, em seu cintilar histórico. Bebendo das águas do pensamento hegeliano, Luiz Alberto Moniz Bandeira, catedrático de História da Política Exterior do Brasil na UnB, lembra-nos de que

Os Estados, ditos nacionais, são organismos vivos, surgiram e conformaram-se em determinadas condições históricas, e comportam-se conforme a tradição e herança sedimentadas na cultura dos respectivos povos, que eles politicamente organizam e representam. Seu real conteúdo, como Hegel definiu, é o próprio espírito do povo (*der Geist des Volkes*), ou seja, sua cultura, e eles são animados por esse espírito em suas especiais oportunidades, guerras, instituições etc. Os Estados são o que suas ações revelam.¹⁵

Desde essa provocação de Moniz Bandeira, levanta-se as seguintes questões: o que as ações internacionais do Brasil, ao longo do tempo, revelam sobre si mesmo? Como sua política externa, sua cultura diplomática e sua consciência estratégica se manifestam e, ao mesmo tempo, colaboram para edificar a ideia de Brasil?

Pode-se apontar, primeiramente, para uma inegável herança europeia – ibérica e, mais especificamente, lusitana – na conformação de sua identidade. Darcy Ribeiro postula que

¹² HORTA, José Luiz Borges. *Dialética do Poder Moderador: ensaio de uma ontoteleologia do Estado do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG (Tese de Titularidade), 2020, p. 82.

¹³ *Ibidem*, p.158 .

¹⁴ *Ibidem*, p.158.

¹⁵ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 41.

A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado geneticamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente.¹⁶

Tal herança fez-se também sentir em nossa diplomacia que, iniciando-se “portuguesa metamorfoseou-se aos poucos em brasileira”.¹⁷ Aliás, das raízes lusitanas derivou-se nossa preocupação diplomática na questão territorial – uma vez que Portugal “viveu mil anos na obsessão de fronteira, temeroso de ser engolido pela Espanha”.¹⁸ Pode-se dizer que daí também deriva o axioma atribuído a Barão do Rio Branco, expoente máximo de nossa cultura diplomática: “território é poder”.

Foi em razão deste e de outros temores que o Estado português se viu obrigado a lançar mão da diplomacia para preservar minimamente seus interesses no concerto europeu dos séculos XVIII e XIX, aliando-se, por exemplo, comercial e politicamente, com a Inglaterra. E foi pela atuação diplomática, mas não exclusivamente por ela, que o Estado brasileiro, por sua vez, realizou parte considerável de seus projetos político-estratégicos, da Independência até o presente.

A continuidade de um legado – aspecto que tentamos apontar nas linhas anteriores – é algo que se mostra nos inúmeros caminhos percorridos e nas diversas encruzilhadas atravessadas por nossa política externa. Continuidade que, no entanto, nunca prescinde de modernizações; nem poderia fazê-lo. Lembra-nos Hegel que. “Com efeito, a Coisa mesma não se esgota em seu *fim*, mas em sua *atualização*; nem o *resultado* é o todo *efetivo*, mas sim o resultado junto com o seu vir-a-ser”.¹⁹

¹⁶ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.20.

¹⁷ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.664.

¹⁸ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.149.

¹⁹ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. (Trad. Paulo Meneses). Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 26-27, § 3ª .

Nessa perspectiva, faz-se mister compreender o desenvolvimento da Política Externa Independente como a atualização histórica da autoafirmação do Estado Brasileiro no cenário internacional, como o vir-a-ser da consciência nacional desde sua experiência enquanto Império e de sua laboriosa evolução na República.

2.2. O caminho do Império

A política externa no Império demandou tempo para se constituir enquanto propriamente brasileira. Pode-se dizer seu desenvolvimento articulou-se gradativamente nos três momentos que marcam a história do regime monárquico: o Primeiro Reinado, guiado por uma “leitura do interesse nacional feita sob a ótica da herança social, econômica, psicológica e política portuguesa, herança essa ainda vinculada à aliança inglesa”; a Regência, “período de gestação da política externa brasileira, que acompanhava o ritmo de nacionalização do Estado”; e o Segundo Reinado, a partir do qual “a política externa tendeu à racionalidade e à continuidade, adquiriu o caráter autônomo”.²⁰

Sem obstar às especificidades de cada um desses momentos – das quais trataremos brevemente a seguir – importante notar que a atuação internacional do Império Brasileiro obedeceu a três desafios permanentes:

[...] o reconhecimento da soberania e a aceitação da autonomia decisória pelos outros governos, a conformação do comércio exterior e do fluxo de imigrantes às estruturas da sociedade e da economia, enfim, a convivência pacífica com os vizinhos mediante o traçado dos limites do território.²¹

Na aurora do Império, o Brasil emerge no concerto das nações independentes com consideráveis vantagens operacionais para a concreção de um projeto de política exterior. Em especial, o fato de ter sediado o poder metropolitano de Reino Unido legou ao país uma estrutura administrativa já organizada, bem como uma elite dotada do *savoir-faire* diplomático lusitano. Se os demais países sul-americanos não

²⁰ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p.156-157.

²¹ CERVO, Amado Luiz. Introdução à política externa e às concepções diplomáticas do período imperial. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950) vol. 1*. Brasília: FUNAG, 2013, p.43.

gozavam de tais vantagens, ao fim do seu processo de emancipação, também sofreram com as sucessivas disputas político-militares entre suas elites.²² O Estado Brasileiro, ao contrário, experimentou larga estabilidade sob a Monarquia, conservando unida a vastidão de seu território.

Todavia, sob o reinado de Dom Pedro I, a política externa brasileira foi executada a partir de uma mentalidade ainda demasiadamente lusitana, que, seguindo os passos de Lisboa, colocou o país em posição de fragilidade diante do governo britânico. Por mediação deste, por exemplo, aceitou o Brasil indenizar Portugal pelo processo de independência, em cerca de dois milhões de libras esterlinas – assinando, em 1825, o Tratado de Paz, Amizade e Aliança que formalizou o reconhecimento português da emancipação do país. No entanto, diante do custo a que o Brasil se comprometeu a bancar, a ação do governo imperial configurou-se como uma concessão demasiadamente grande para um ganho estratégico pequeno. Afinal, na referida data: “o Brasil não se achava ameaçado por ataque estrangeiro, já tinha expulsado as tropas portuguesas do seu território, não era um aliado subalterno da Grã-Bretanha”.²³

Dois anos depois, o Rio de Janeiro viria a reafirmar essa mentalidade diplomática ao celebrar o Tratado de Aliança, Comércio e Amizade com Londres, o qual, na prática, consistia na troca do reconhecimento britânico da independência do Brasil pela renovação de todos os compromissos firmados por D. João VI em 1810: dentre os quais, privilégios alfandegários para a importação de produtos ingleses e a abolição do tráfico negreiro. Nesse sentido,

A política externa brasileira à época da independência esteve ainda profundamente condicionada pela hegemonia inglesa sobre Portugal, estabelecida por meio de uma aliança histórica, cujos efeitos foram transferidos ao Brasil: a ingerência política inglesa nas decisões da corte do Rio de Janeiro e o modelo mais acabado de inserção dependente no sistema internacional produzido pela Revolução Industrial, conforme os termos dos tratados de 1810.²⁴

²² DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014, p.15.

²³ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.124.

²⁴ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p.24-25.

A insatisfação com os compromissos firmados com Lisboa e Londres, afetaram a credibilidade interna do Imperador, situação que se agravou dramaticamente com a derrota brasileira na Guerra da Cisplatina, na qual a “incapacidade de comando militar de Pedro I e sua persistência em prolongar o conflito sem apresentar resultados positivos contribuíram para seu desgaste político, processo este que o obrigou a abdicar ao Trono brasileiro em 7 de abril de 1831”.²⁵

O efervescente sentimento nacionalista e anti-potuguês que motivou o advento da Abdicação reverberou de forma consistente na condução da política externa da Regência. A partir desse momento, empenhou-se sistematicamente o Império por eliminar a influência política britânica sobre sua atuação internacional.²⁶ Tem-se início, assim, a um *paradoxo diplomático* no horizonte estratégico do Brasil: ter em um mesmo país o seu mais relevante parceiro comercial e, ao mesmo tempo, seu maior rival político²⁷. Não obstante, deve-se lembrar que as regências se viram forçadas a enfrentar incontáveis revoltas internas – algumas de caráter separatista, como a Farroupilha – as quais comprometeram severamente a estabilidade do regime. Em razão disso, não dispunha o Estado Brasileiro (naquele momento) de condições para executar uma política externa de grande reafirmação. Ainda assim, verificou-se uma permanente preocupação com o alargamento da autonomia estratégica do país, em movimento de claro distanciamento à postura do Primeiro Reinado. Nesse sentido, o Período Regencial foi “época em que o Brasil, sistemática e pacientemente, deixava expirar, um a um, todos os tratados dos tempos da independência e se recusava a assinar novos com parceiros mais fortes”.²⁸

Proclamada a maioria de Dom Pedro II, a política externa imperial entra em sua mais pujante fase. Se o caráter nacional da diplomacia encontrava-se em germinação durante a Regência, no Segundo Reinado, irrompeu o seu pleno florescer. A

²⁵ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014, p. 160.

²⁶ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.124.

²⁷ TORRES, Miguel Gustavo de Paiva. *O Visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império*. Brasília: FUNAG, 2011, p.22.

²⁸ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.665.

restauração da figura do Imperador e sua progressiva consolidação proveram as condições políticas para se realizar uma duradoura pacificação interna, que reverberou expressivamente no plano externo.

Ainda na década de 1840, o país já gozava de “recursos institucionais e materiais”²⁹ para adotar uma postura mais ativa para com, por exemplo, seus vizinhos na Bacia do Rio da Prata. Assim, quando a ebulição de tensões com a Argentina a qual, sob a liderança de Juan Manuel Rosas, adotava posturas gradativamente mais militaristas e hostis ao Brasil – colocaram em xeque os interesses estratégicos da Nação, atuou energicamente o Império para

[...] garantir a liberdade de navegação nos rios internacionais da região e dar apoio às independências do Paraguai e do Uruguai e conter a influência de Buenos Aires nesses países [...].³⁰

Especificamente, a partir dessa quadra histórica, o governo imperial iniciou um ciclo de políticas de intervenção diplomática e militar nos países platinos, cujo êxito garantiu-lhe a posição incontestada de poder hegemônico na região,³¹ até a Guerra do Paraguai.

Também com maior altivez, passou o Brasil a conduzir suas relações com a Inglaterra. Às pressões britânicas para que se renovassem os privilégios comerciais acertados no período da Independência, somava-se sua campanha internacional pelo fim do tráfico de escravos. Esta última questão, em particular, elevou progressivamente as tensões entre Rio de Janeiro e Londres, sobretudo a partir de 1845, ano da aprovação da Lei de Aberdeen – por meio da qual o Parlamento britânico autorizou sua própria Marinha a exercer poder de polícia sobre o Atlântico contra os navios negreiros. A escalada dos embates entre os dois impérios seguiu ao longo de duas décadas, culminando no rompimento das relações diplomáticas, por parte do Brasil, em 1863. Apenas com a revogação da Lei de Aberdeen, em 1869, as

²⁹ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014, p. 40.

³⁰ *Ibidem*, p.31.

³¹ Cf. BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. *O Império do Brasil e a política de intervenção no rio da Prata (1843-1865)*. Brasília: FUNAG, 2018.

relações anglo-brasileiras puderam se distensionar consideravelmente; o que não correu sem sucessivos recuos estratégico e concessões por parte do governo brasileiro, a exemplo da promulgação Lei Eusébio de Queiroz, de 1850.

Resultante da tensão dialética entre a atuação internacional do Primeiro Reinado e da Regência, a política exterior do Segundo Reinado demonstrava que “o Brasil “adquiria consciência de nação *para si*”.³² Sob a luminosa figura de Dom Pedro II, o Estado Brasileiro, até os anos de 1870, “atingira todos os fins que se propusera”³³ na cena internacional. Além de manter a integridade do continental território brasileiro, o Império lançou mão de uma postura mais ativa no delicado jogo estratégico na Bacia do Rio da Prata, fazendo-se o poder hegemônico sobre os países platinos, e posteriormente sagrando-se vencedor no maior conflito bélico da região, a Guerra do Paraguai. Com altivez, recusou-se a volver a qualquer tratado comercial que lhe impusesse desvantagens, principalmente em relação ao Reino Unido – a cuja ingerência o Brasil, com bravura, se opôs intransigentemente, até o limite de seu poder.

Verifica-se, assim, que o Segundo Reinado, apogeu do Brasil Império, constitui-se o primeiro momento de reafirmação internacional do Estado-Nação, executando uma exitosa política exterior autônoma e ativa.

Por conseguinte, a derrubada da Monarquia, pelo golpe militar de 15 de Novembro de 1889, representaria não apenas uma ruptura institucional, mas também um amargo revés para a projeção internacional do país. A chegada da República impôs o desafio de se rearticular um projeto de política exterior capaz de, por caminhos outros, levar o Brasil a um novo momento de sua reafirmação.

³² BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil; dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.80

³³RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p. 219.

2.3. *A encruzilhada da República.*

Consumado o crepúsculo do Império, a sina da recém instaurada República foi de imergir o país em uma sucessão de eventos que em nada mais corroboraram senão para atestar a instabilidade e fragilidade do novo regime. Com efeito, se o percurso histórico do Ocidente se caracteriza pela dialética entre o poder e a liberdade, como definiu o jusfilósofo Joaquim Carlos Salgado,³⁴ então, pode-se dizer que a derrubada formal do instituto do Poder Moderador instaurou uma crise perene de poder (e, por conseguinte, de liberdades) no seio da Primeira República.³⁵ Concomitantemente, as elites republicanas fracassaram em conservar uma comunhão política perene, tal qual foi vista na fase da Monarquia, capaz de orientar um projeto consistente de país.³⁶

No entanto, foi durante este conturbado período que, paradoxalmente, o Estado brasileiro assistiu o irromper de uma de suas mais significativas evoluções no campo diplomático – evolução, essa, realizada pelas mãos de um quadro advindo do alto escalão da Administração imperial. Trata-se, certamente, da política externa de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.

Mais longevo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Paranhos chefiou o Itamaraty entre 1902 e 1912, período que perpassa o governo de quatro presidentes- Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914). Todavia, em que pese a relevância de tal marco cronológico, a distinção de Barão de Rio Branco no rol de nossa História se dá verdadeiramente por razões outras: em tendo modulado a política exterior brasileira à luz dos imperativos de seu tempo, acabou por conceber aquelas que seriam as linhas mestras da diplomacia pátria.

³⁴ Cf. SALGADO, Joaquim Carlos. Estado ético e Estado poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 27, n. 2, abr./jun. 1998, p. 37-68.

³⁵ Sobre a centralidade do Poder Moderador na estrutura do Estado brasileiro ver: HORTA, José Luiz Borges. *Dialética do Poder Moderador: ensaio de uma ontoteleologia do Estado do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG (Tese de Titularidade), 2020.

³⁶ Nesse sentido, argumenta José Murilo de Carvalho: “Uma das fraquezas das elites vitoriosas [do golpe militar de Novembro de 1889] é sua incapacidade de reproduzir novas elites adequadas para novas tarefas. Elas são as primeiras vítimas de seu próprio êxito”. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.236.

Antes, porém, de tratarmos do legado de Rio Branco e de sua projeção nos caminhos de nossa diplomacia, abordamos brevemente como conduziu a política exterior brasileira em face de um peculiar contexto regional e internacional.

Desde a cena regional, cuidou o Barão de operar uma sensível alteração nas relações do Brasil com seus países vizinhos. Confirmada a vitória da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai, em 1870, veio a experimentar o Cone Sul uma progressiva amenização das tensões militares. Diante da consolidação dos Estados nacionais na Bacia do Rio da Prata – sobretudo Uruguai e Argentina – era oportuno ao Brasil iniciar movimentos em busca de aproximação e cooperação com os países dessa região, afastando, assim, qualquer o retorno ao longo ciclo de políticas de intervenção diplomático-militares em tais territórios (empreendidas ostensivamente sob a Monarquia).³⁷

Nos dez anos à frente do Itamaraty, Rio Branco estabeleceu política coerente, segura e inovadora em relação aos países sul-americanos, particularmente no Rio da Prata. Os dois princípios básicos dessa política eram o de abstenção nos assuntos internos das nações vizinhas e o de favorecer a estabilidade política regional, prestigiando os governos constitucionais, quaisquer que fossem eles. Eram princípios inovadores para a região platina, na qual, durante o Império e no início da República, a diplomacia brasileira tomava partido.³⁸

Apesar de tal significativa mudança, a rivalidade com a Argentina não cessou de forma definitiva. Entre o fim do século XIX e início do XX, um vigoroso ciclo de modernização econômica e militar que se iniciou naquele país colocava-o, mais do que nunca, como pária à hegemonia brasileira no Continente. Com efeito, a rivalidade pela preponderância política na América do Sul pautou inafastavelmente a política externa de Paranhos. As tensões entre os países chegou a tal ponto que animou uma corrida armamentista entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro;³⁹ embora nunca tenha

³⁷ Não obstante, a mudança de abordagem do Brasil para com seus vizinhos da Bacia do Rio Prata não se deve propriamente à instauração da República, vez que “É bem provável que, se a monarquia tivesse sobrevivido, não teria sido menos sensível à necessidade de alterar o relacionamento com os vizinhos sulinos, uma vez que o regime monárquico não era intrinsecamente mais agressivo ou militarizado do que o republicano.” Cf. RICUPERO, Rubens. A política externa da Primeira República (1889-1930). In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)* vol. 2. Brasília: FUNAG, 2013, p.344.

³⁸ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014, p.76.

³⁹ *Ibidem*, p.86-89.

se extravasado para um conflito bélico de fato. A abordagem de Rio Branco para com o Estado argentino, portanto, mesclava gestos de aproximação com movimentos de contenção.

A ordem política internacional, por sua vez, tornava o cenário diplomático-estratégico um tabuleiro ainda mais complexo. Isto porque os anos de Rio Branco se inscrevem na fase final da chamada *Era dos Impérios*;⁴⁰ quadra histórica em que a Europa gozava da posição de *centro geopolítico do mundo*.

Em face tanto do assombroso expansionismo europeu que marca a era dos impérios, quanto da fragilidade crônica que caracterizava as repúblicas sul-americanas – incluindo, agora, a brasileira –, Rio Branco percebeu um potencial risco à independência nacional vindo das pretensões imperiais do Velho Mundo. Ainda que uma preocupação "obsessiva" com tal questão fosse algo comum à elite intelectual daquele momento,⁴¹ Paranhos presenciou, durante sua passagem por inúmeras representações diplomáticas brasileiras na Europa, a ferocidade com que as disputas coloniais animavam a política exterior dos europeus. Logo, pôde o Ministro testemunhar

[...] desde sua chegada à Europa em 1876, o imperialismo europeu apossar-se da África e impor-se em quase toda a Ásia. Ele temia que essa ação imperialista europeia também pudesse ocorrer na América do Sul, em busca de terras para colonizar, e aproveitar-se-ia para tanto do enfraquecimento dos países sul-americanos, no caso de neles haver a continuidade das disputas internas.⁴²

Nesse perspectiva, o Barão do Rio Branco guiou-se por uma interpretação do concerto internacional segundo a qual a

[...] maior ameaça potencial ao Brasil, no início do século XX, não vinha dos Estados Unidos mas, sim, de potências europeias, como a França e Inglaterra, cujos intentos expansionistas sobre a Amazônia brasileira acabavam de ser demonstrados na questão do Amapá [...].⁴³

⁴⁰ Cf. HOBBSBAWN, Eric. *The Age of Empires (1870-1914)*. New York: Vintage Books, 1989.

⁴¹ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 84.

⁴² DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014, p.74-75.

⁴³ *Ibidem*, p. 75.

Se, por um lado, a hegemonia da Europa era o paradigma geopolítico ainda imperante; por outro, estava claro, pelo menos para alguns intérpretes da realidade internacional⁴⁴ – dentre os quais, Paranhos – que as placas tectônicas da ordem geopolítica estavam em franco deslocamento.

Sinal inequívoco destas mudanças de tempo era, entre outros, a ascensão dos Estados Unidos da América como potência econômica, militar e política, cuja força passa se faz sentir mais notavelmente com a chegada de Theodore Roosevelt à Casa Branca, em 1901.⁴⁵

Por tanto, visando tanto equilibrar o jogo continental com a Argentina, quanto afastar o risco europeu, Rio Branco viu nos EUA um aliado de singular valor. Visando conservar os interesses nacionais diante daquele quadro, o Chanceler orientou-se estrategicamente a desenvolver as relações brasileiro-estadunidenses, realizando um giro pragmático de inegável impacto na História do Estado Brasileiro: deslocar o eixo de nossa política externa da Europa para Washington.

Certamente, o gesto-símbolo da estratégia inaugurada por Paranhos foi a criação da Embaixada brasileira na capital estadunidense, em um tempo em que embaixadas ainda eram instâncias de representação diplomática pouco comuns entre as nações.⁴⁶ Não obstante, a nova dinâmica das relações Brasil-EUA obedeceu a uma lógica

⁴⁴ De que mais seria fruto a tese do *Heartland*, desenvolvida pelo geopolítico britânico sir Halford Mackinder, a partir de 1902, senão da percepção de um iminente declínio do Império Vitoriano em face da ascensão de potências continentais, como Alemanha e Rússia? Ou então, como interpretar a *Teoria do Poder Marítimo*, do almirante estadunidense Alfred Mahan, senão como sinalização de que os EUA estavam prestes a alçar sua projeção geopolítica ao nível mundial? Cf. MACKINDER, Halford John. *The Geographical Pivot of History*. *The Geographical Journal*, London, v.170, n.4, p.298-321, dez. 2004; MAHAN, Alfred. *The influence of Sea Power upon History: 1660-1783*. Boston: Little, Brown and Company, 1890.

⁴⁵ A política externa de Roosevelt, consagrada pela alcunha de *Big Stick*, conduziu os EUA a uma série de intervenções militares sobre o Caribe e a América Central, o que evidenciou o grau que sua capacidade de projeção nas Américas havia alcançado, bem como sua irrefreável índole expansionista. Também, sob sua administração, o governo norte-americano é chamado a conduzir as negociações do processo de paz que selaria o fim da Guerra Russo-Japonesa, em 1905, inequívoco reconhecimento de que o país passara a galgar um novo status entre as potências da época. Sobre a política externa de Theodore Roosevelt, Cf. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Geopolítica e política exterior; Estados Unidos, Brasil e Argentina*. Brasília: FUNAG, 2010, p. 46-47.

⁴⁶ RICUPERO, Rubens. A política externa da Primeira República (1889-1930). PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)* vol. 2. Brasília: FUNAG, 2013, p.337.

complexa, de atendimento recíprocos de interesses, constituindo-se, na expressão de Badford Burns, em uma verdadeira *unwritten alliance*⁴⁷

[...] Rio Branco concebe o desígnio de integrar as diversas dimensões da política externa brasileira com base numa estreita colaboração com os EUA [...] na busca pragmática da assistência do poder norte-americano em favor de objetivos diplomáticos brasileiros, de defesa em relação ao agressivo imperialismo europeu e de afirmação nos problemas de fronteira ou litígios de poder com os vizinhos sul-americanos. Em troca, o Brasil se dispunha a apoiar as políticas de Washington no Caribe, na América Central, no México, no Panamá, no nascente pan-americanismo patrocinado pelos americanos.⁴⁸

Não obstante, Paranhos nunca deixou de operar em termos de *realpolitik*. Com efeito, sua refinada percepção estratégica jamais concebeu a aproximação com os americanos de forma ingênua. Pelo contrário, sua própria experiência no enfrentamento da questão do *Bolivian Syndicate*⁴⁹ deixava-lhe claro o risco real de novas investidas dos Estados Unidos contra os interesses nacionais, em especial na Amazônia. Nessa perspectiva, comenta Moniz Bandeira que

A sua política externa, porém, não implicava uma adesão ou subordinação do Brasil aos rumos do Governo de Washington, como tantos supõem e outros apregoam. Muito pelo contrário. O que Rio Branco pretendia era uma associação com os Estados Unidos, em pé de igualdade, a transformação do Continente numa espécie de condomínio, ficando o Brasil com as mãos livres para exercer a sua hegemonia na América do Sul. Era, no fundo, a velha orientação do Império, que adquiria consciência e forma.⁵⁰

⁴⁷ Cf. BURNS, Badford. *The unwritten alliance: Rio-Branco and Brazilian-American relations*. New York: Columbia University Press, 1966.

⁴⁸ RICUPERO, Rubens. A política externa da Primeira República (1889-1930). In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)* vol. 2. Brasília : FUNAG, 2013, p.338.

⁴⁹ Desejando efetivar a sua posse na região do Alto Acre, o governo da Bolívia (presidido pelo general José Manuel Pando) decidiu arrendar parte desse território à companhia anglo-americana *Bolivian Syndicate*, em 1901. A empresa, de capital majoritariamente estadunidense, ficaria responsável por organizar a colonização boliviana nessa região, vez que a presença da população brasileira ali foi tida como ameaça à soberania de La Paz. Pelo acordo de arrendamento, poderia o *Syndicate* exercer poder de polícia, arrecadar tributos, construir estradas, entre outros. Diante da ameaça de se ter um *Estado-empresa* norte-americano emergido no coração da Amazônia, o governo do Brasil ordenou o fechamento do Rio Amazonas e seus afluentes a navegações estrangeiras – bloqueando o acesso boliviano ao Atlântico. Em 1902, o Barão do Rio Branco, após sucessivas pressões sobre o país vizinho, conseguiu um acordo com La Paz, obtendo o reconhecimento da soberania brasileira sobre a região, em troca do pagamento de indenização; da seção de parte do território do Mato Grosso; e do compromisso de se construir uma ferrovia que ligasse a Bolívia ao litoral atlântico. Em homenagem ao chanceler, a capital do Estado do Acre seria posteriormente batizada de Rio Branco. Nas palavras de Gilberto Freyre, a questão do *Bolivian Syndicate* “marcou significativa vitória da diplomacia brasileira contra a pior forma de imperialismo angloamericano que então se esboçou na América do Sul”. Cf. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. São Paulo: Global, 2004, p. 187.

⁵⁰ BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil; dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.169.

Se, contra o perigo europeu, recorreu o Chanceler à perseguição de relações com os Estados Unidos, procurou Paranhos contrapor, à ameaça ianque, o desenvolvimento da cooperação sul-americana. Demonstração mais enfática de tal objetivo é a tentativa de formação de uma nova tríplice aliança no Continente, composta por Argentina, Brasil e Chile – o chamado eixo “ABC”.

Logo, a política exterior de Paranhos inseriu o país em um jogo estratégico complexo e multifacetado, que visava explorar ao máximo a capacidade do Estado Brasileiro em, naquele momento, conservar sua autonomia e perseguir seus interesses. Nesse sentido, pode-se dizer que seu pragmatismo e sua refinada percepção geopolítica conceberam uma exitosa diplomacia (ainda que nem sempre compreendida de maneira adequada por seus pares).⁵¹

A passagem de José Maria da Silva Paranhos Júnior pelo Itamaraty tornou-se notável não apenas pelos êxitos imediatos que sua política externa alcançou, mas também por ter operado uma transformação de ordem *axiológica e simbólica* na trajetória da diplomacia brasileira.

Em sua gestão, Rio Branco idealizou um Ministério das Relações Exteriores, nas palavras do luminoso Gilberto Freyre, “como órgão supremo de irradiação ou afirmação do prestígio do Brasil no continente, em particular, e no exterior, em geral”.⁵² Irradiação e afirmação, essas, que se desenvolveram em atenção aos recursos reais de poder do país.

⁵¹ Nesse sentido, comenta Bandeira: “Ele se orientava na política externa como se jogasse uma partida de xadrez. Não dava um lance sem que tivesse outra peça para apoiá-lo. Argentina, Chile, Estados Unidos representavam tanto quanto um bispo, uma torre, uma rainha, no tabuleiro do Continente. E isto era o que [o embaixador do Brasil em Washington, Joaquim] Nabuco não compreendia, nos seus freqüentes desacordos com Rio Branco. Rio Branco não se aproximava dos Estados Unidos com a postura do servo nem permitia que Nabuco o fizesse. Ele queria um condomínio e participação de igual para igual. Não se envolvia nas ações que os Estados Unidos empreendiam ao Norte do Hemisfério. Esquivou-se de tomar qualquer atitude, quando, em 1910, o Governo da Nicarágua solicitou ao Brasil seus bons ofícios, porque um navio de guerra americano dava cobertura à insurreição naquele país. Não desejava entrar nessa questão que parecia de grande importância para o Governo americano. Mas reivindicava para o Brasil a tutela da América do Sul. E não gostava de intromissões”. BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil; dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.181.

⁵² FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. São Paulo: Global, 2004, p.172.

O Chanceler tinha perfeita ciência das potencialidades e, principalmente, das debilidades estratégicas do Brasil. Em especial, compreendia as consideráveis limitações da capacidade de que dispunha o país para se impor pelo uso da força e da coerção. Afinal, constitui-se incontornável o fato de que, desde o fim do século XIX, a Marinha e o Exército brasileiros – primorosamente estruturados durante o Império – sofreram dramática desarticulação e sucateamento. Não obstante, embora tenha lutado intransigentemente pela modernização das Forças Armadas durante sua chancelaria, o Barão do Rio Branco procurou compensar as limitações do Poder Militar nacional lançando mão de recursos alternativos de poder, como informação, imagem e prestígio. Ora, aquilo que formulações teóricas contemporâneas denominam de *soft power*,⁵³ o Ministro brilhantemente já intuía, em seu tempo, como meio pelo qual o Brasil poderia perseguir seus interesses estratégicos no concerto internacional sem lançar mão da alternativa bélica.

Exemplo notável disso é como Rio Branco, aproveitando-se da notoriedade que alguns brasileiros daquele começo de século alcançaram no Velho Continente- em especial, Santos Dumont, pela invenção do avião, e Rui Barbosa, pelo protagonismo na Conferência de Haia – lançou mão (quicá pioneiramente) da propaganda como meio de promoção do Brasil no estrangeiro europeu. Como pontua Freyre:

O chanceler brasileiro foi talvez, dentre os estadistas da América do Sul, o que mais inteligentemente se antecipou no emprego, a favor do governo de que era colaborador e sobretudo do seu país, de técnicas de informação e propaganda que só anos depois dele se tornariam correntes, sob forma sistemática, quer nas relações internacionais, quer nas relações entre os governos e o público, dentro dos limites ou das fronteiras nacionais. É claro que de certa altura em diante o mito Rui Barbosa, como o mito Santos Dumont, transbordando de quanta propaganda sistemática se fez inteligentemente deles por inspiração do segundo Rio Branco ou sob sua orientação de grande conhecedor da psicologia europeia, ao mesmo tempo que da brasileira, ganharam vida própria; e tornaram-se folclóricos.⁵⁴

Em sentido semelhante, privilegiou Paranhos o emprego de meios pacíficos no enfrentamento de conflitos com atores regionais e internacionais. Ao longo de sua experiência diplomática, havia logrado êxito em obter o reconhecimento da soberania brasileira sobre consideráveis porções territoriais, principalmente em litígios

⁵³ Cf. NYE, Joseph. *The future of the power*. New York: Public Affairs, 2011.

⁵⁴ FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. São Paulo: Global, 2004, p.466.

fronteiriços com países vizinhos. Na Questão de Palmas⁵⁵ e na Questão do Amapá,⁵⁶ por exemplo, ambas solucionadas por arbitragem internacional, o Barão articulou consistentes narrativas em favor da direito do Brasil sobre o território em disputa, sustentadas a partir de vasto arcabouço de saberes jurídicos, históricos e geográficos de que dispunha o Barão. Em vista de tais triunfos, empenhou-se para que o Ministério das Relações Exteriores priorizasse a formação intelectual dos seus quadros; tornando-o

[...] uma espécie de ministério como que de Educação e Cultura, concorrendo para que viessem ao Rio de Janeiro intelectuais europeus eminentes, artistas, médicos de renome; e ministério também de Informação ou Propaganda, de certo modo responsável pela “bonne presse” francesa e às vezes inglesa em torno de valores brasileiros.⁵⁷

Do Itamaraty, fez também Paranhos uma instituição de “organização e de definição de valores superiormente nacionais”,⁵⁸ a partir do qual o Chanceler edificou uma primorosa *ideologia de política exterior*, articulando os interesses do Estado Brasileiro com as mais belas elaborações colhidas do idealismo europeu, tais como: a defesa do Direito, a reafirmação da paz, a preferência por soluções negociadas e, posteriormente, a garantia da autodeterminação dos povos.

Desde esses ideários, passou o Brasil a ver-se e a apresentar-se na cena internacional, tornando-os valores inerentes à sua própria diplomacia; como se fossem uma “espécie de manifestação da essência profunda do caráter nacional”.⁵⁹

⁵⁵ Trata-se de antiga disputa territorial entre Brasil e Argentina, concernente à porção oeste dos atuais estados do Paraná e de Santa Catarina. Ainda nos tempos do Império, D. Pedro II havia ordenado a fundação de colônias militares nessa região, a fim de atestar a efetiva posse brasileira daquelas terras. Era reivindicação argentina que a demarcação das fronteiras entre os dois países deveria se dar a partir dos rios Chapecó e Chopim, tomando como base o Tratado de Madri (1750). Por sua vez, o Brasil sustentava que os limites deveriam ser fixados desde os Rios Santo Antônio e Peri-Guaçu. Em comum acordo, os litigantes submeteram o impasse à arbitragem do presidente norte-americano Groover Cleveland, cuja decisão (de 5 de Janeiro de 1895) foi, graças a primorosa atuação de Rio Branco, favorável à posição brasileira.

⁵⁶ Trata-se de disputa territorial entre França e Brasil, decorrente do não reconhecimento, pelo lado francês, do Rio Oiapoque como limite fronteiriço entre a Guiana Francesa e o atual estado do Amapá. As tensões chegaram ao seu ápice quando tropas francesas, em 1895, invadiram o lado brasileiro até o Rio Araguari, ocupando uma faixa territorial de cerca de 260.000 km². A questão foi submetida à arbitragem de Walter Hauser, então presidente do Conselho Federal suíço. Liderada por Rio Branco, a delegação brasileira teve sua posição endossada pelo parecer de Hauser, em 1 de Dezembro de 1900.

⁵⁷ FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. São Paulo: Global, 2004, p.175.

⁵⁸ *Ibidem*, p.177.

⁵⁹ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.669.

O conceito de um Brasil não expansionista, satisfeito com seu território, confiante no Direito Internacional, nas soluções negociadas, fiel à não intervenção, incorporou-se de tal maneira ao discurso diplomático brasileiro que se tornou intemporal, como se tivesse sempre existido. A consolidação pelo Barão do ideário externo nacional em termos de objetivos e métodos foi internalizada de forma tão completa e profunda que passou a ser impensável imaginar um Brasil de personalidade internacional diferente.⁶⁰

De tão essencial ao Estado Brasileiro, vale-se notar que a *ideologia de política externa*⁶¹ arquitetada por Rio Branco aderiu-se profundamente à consciência nacional, levando o intervalo de apenas duas décadas, desde o fim de sua gestão no Itamaraty, para ser alçada – de forma quase irremovível – ao plano constitucional. De fato, a partir da promulgação da Constituição de 1934, percebe-se que o constitucionalismo brasileiro passou a traduzir o ideário diplomático de Paranhos em normas disciplinadoras da condução da política externa e da participação do país em conflitos bélicos. Tal tradução exprimiou-se de distintas formas: quer pela vedação ao envolvimento em campanhas militares de conquista; quer pelo veto ao recurso à guerra sem apelo prévio às soluções pacíficas de conflito (como arbitragem e mediação de organizações internacionais); quer pelo estabelecimento de princípios regentes das relações exteriores do Brasil.⁶²

⁶⁰ Ibidem, p.436.

⁶¹ Ibidem, p.670.

⁶² Em seu art. 4º, assim determinava a Constituição de 1934: “O Brasil só declarará guerra se não couber ou malograr-se o recurso do arbitramento; e não se empenhará jamais em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação”. Por sua vez, o texto constitucional de 1946 disporia, também no art. 4º, que: “O Brasil só recorrerá à guerra, se não couber ou se malograr o recurso ao arbitramento ou aos meios pacíficos de solução do conflito, regulados por órgão internacional de segurança, de que participe; e em caso nenhum se empenhará em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outro Estado”. A seu turno, a Constituição de 1967 apresentaria dispositivo semelhante em seu art. 7º: “Os conflitos internacionais deverão ser resolvidos por negociações diretas, arbitragem e outros meios pacíficos, com a cooperação dos organismos internacionais de que o Brasil participe./Parágrafo único - É vedada a guerra de conquista”. Deve-se pontuar que a promulgação da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de Setembro de 1969, conservaria inalterada a redação do artigo citado. Já na Constituição de 1988, os comandos presentes nos textos anteriores convertem-se em princípios, assim dispostos no art.4º: “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político./Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. Por fim, pontuamos que a incorporação reiterada do vigoroso legado de Rio Branco aos diferentes textos constitucionais que vigoraram ao longo de nossa história reforça a necessidade de se pensar um constitucionalismo estratégico pátrio em sua *urgência e emergência*, na vibrante expressão do Professor Doutor José Luiz Borges Horta. *Cf.*

Por fim, o “conceito de Brasil” que resplandecia da obra de Paranhos consubstanciou-se com o profundo pragmatismo com que o Chanceler perseguiu os imperativos estratégicos do Estado nacional. A diplomacia inaugurada por Rio Branco, portanto, teceu-se de uma sofisticada síntese entre idealismo e realismo político; articulação que se tornará imprescindível para a formulação da Política Externa Independente, como veremos.

HORTA, José Luiz Borges. *Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico*. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, Belo Horizonte, ano 6, n. 23, p. 783-806, jul/set. 2012.

3. O PENSAMENTO DE SAN TIAGO DANTAS E A EMERGÊNCIA DA PEI

3.1. ANTECEDENTES IMEDIATOS

Do ponto de vista lógico, o irromper do século XX encontra o seu verdadeiro prólogo no advento da *Era da Catástrofe* (1914-1945):

[...] o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos.⁶³

A partir de então viveu-se e pensou-se, especialmente no Ocidente, sob o permanente espectro das guerras mundiais.

O alvorecer dessa nova e traumática era também concebeu uma ordem internacional dramaticamente diversa daquela que a antecedeu. Afinal, desde a eclosão da I Guerra Mundial, em 1914 – apenas dois anos depois do falecimento de Rio Branco – estilhaçou-se as estruturas da idade dos impérios, pondo fim à hegemonia europeia sobre o mundo.

Concomitantemente, dos escombros dos impérios europeus, proveu-se as bases para a avassaladora ascensão dos Estados Unidos da América (EUA). Em um intervalo de pouco mais de três décadas, o país transmutou-se como centro de poder: de um emergente império transatlântico – rivalizado por vários outros, no Velho Mundo – tornou-se, de forma incontestada, a única superpotência (econômica, militar e política) do Ocidente. Posteriormente à derrota do Eixo, sua hegemonia só encontrava rival na força que a União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) exercia sobre o Leste geopolítico do mundo.⁶⁴ Iniciava-se, assim, o paradigma bipolar da Guerra Fria.

⁶³ HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos; o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 30.

⁶⁴ Sobre a Guerra Fria, pontua o Professor Doutor José Luiz Borges Horta: “La ocupación de Berlín por los aliados, dividiendo la ciudad en zonas que más tarde generarían Berlín Occidental y Berlín Oriental, acabó por ser exportada para la Europa como un continente y de allí para el conjunto de la humanidad. Todos los paradigmas anteriores de separación de los pueblos (lengua, religión, nación, etnia) parecían absolutamente superados (en el peor sentido, vale decir) por el conflicto ideológico entre satélites de Washington (la pretensa Roma de nuestro tiempo) y Moscú (la eterna tercera Roma,

A seu turno, o incremento expressivo do poder de Washington – o qual, como frisamos, acompanha o próprio reordenamento do jogo político internacional – representou alterações substanciais para o Brasil. Deflagrada a I Guerra, a presença europeia, sobretudo em setores importantes da economia brasileira, foi gradativamente minada pela concorrência estadunidense. Na síntese de Moniz Bandeira,

Os EUA aproveitaram a guerra para arremetar também contra os interesses da Grã-Bretanha e da França e começaram a assumir o controle das comunicações telegráficas e das jazidas de ferro do Brasil, do qual se tornaram, além de principal cliente, o maior fornecedor de manufaturados.⁶⁵

Após a derrocada do Terceiro Reich, esse processo confirmou-se ainda mais: a influência inglesa, francesa e alemã sobre a América do Sul viu-se severamente reduzida - “quase extinta”, na leitura do embaixador Sérgio Pinheiro Guimarães.⁶⁶

Embora, na Europa, tenha-se desenhado ações para recuperar parte de sua projeção sobre o Brasil– a iniciativa da Missão Militar Francesa (1920-1940) em cooperar na modernização de nossas Forças Armadas insere-se claramente nessa estratégia⁶⁷– não se conseguiu reverter a avassaladora tendência de atração do país para o campo de influência norte-americano. Esta verificou-se, também, na própria dinâmica cultural brasileira do período. Desde sua inserção no segundo conflito europeu, Washington passou a empreender uma *ofensiva ideológica*, “um programa extraordinariamente complexo de persuasão ideológica e penetração cultural”⁶⁸ na América Latina e, em particular, no Brasil.

heredera incontestemente de la segunda Roma, la Bizâncio medieval). Entre las dos Romas, sin embargo, lo que parecía diferente tal vez fueran matices de grado de barbárie o de alianzas con grupos políticos locales”. HORTA, José Luiz Borges. *(Una) Dialéctica de la Cultura: para una relectura de los desafíos de la Era Post al pensamiento crítico [inérito]*, p.7.

⁶⁵ BANDEIRA, Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*. São Paulo: Ensaio, 1994, p. 35.

⁶⁶ GUIMARÃES, Sérgio Pinheiro. Prefácio: reflexões sul-americanas. In: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 26.

⁶⁷ Sobre a Missão Militar Francesa no Brasil ver: BELLINTANI, Adriana Iop. *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. Brasília: UnB (Tese, Doutorado em História), 2009.

⁶⁸ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência; a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.140.

Seu raio de ação era amplo e incluía: *imprensa* — fornecimento de artigos para jornais da América-Central e do Sul sobre a solidariedade continental, a vida nos EUA, etc.[...]; *cinema* — eliminação da competição alemã, estímulo a produção de noticiários sobre América Latina, sobre o *american way of life* e as boas relações entre EUA e o sul do continente; *intercâmbio cultural* — realização de exposições, concertos, tradução de obras literárias, viagens de pesquisadores, visitas de scholars, viagens de boa-vontade por artistas famosos; *assistência social* — programas sanitários, hospitalares, abastecimento de água, etc. Os EUA gastaram com esse programa na América Latina muito mais do que todas as nações não-americanas em conjunto.⁶⁹

Inserido na estratégia yanque de incorporar as Américas à sua esfera de poder, a ofensiva ideológica mostrou-se profundamente exitosa: com o tempo, “modificou hábitos e costumes, padrões de comportamento, consciência e linguagem”.⁷⁰ Com efeito, constata Moniz Bandeira que, a partir desse período, as “fontes da cultura européia, praticamente, desapareceram. O francês, como idioma das elites e da intelectualidade, perdeu a sua primazia”.⁷¹

Diante dessas alterações, pôde os EUA influir de maneira mais efetiva na própria condução da política externa nacional, como se verificou na adesão do Estado Brasileiro à luta dos Aliados contra o Eixo. Pressionando o regime ditatorial de Getúlio Vargas, o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt induziu o país a pôr fim a sua *equidistância pragmática* entre Berlim e Washington, levando-o a lutar ao lado dos americanos na II Guerra. No entanto, ciente do papel estratégico do Brasil tanto para o seu projeto hegemônico no Continente,⁷² quanto para o êxito de

⁶⁹ Ibidem, p.140.

⁷⁰ BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*; dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.309.

⁷¹ Ibidem, p.310.

⁷² É de se notar como evoluiu a projeção estadunidenses sobre as Américas ao longo das décadas. De forma geral, pode-se dizer que tal transformação articula-se em dois momentos marcantes: os governos de Theodore e Franklin D. Roosevelt. Se, no primeiro, empreendeu-se a política do *Big Stick*, como já assinalamos, o segundo tratou de impor-se ao restante do continente por uma abordagem menos beligerante, cooptando os demais governos latino-americanos sob a insígnia eufemística de política da *Boa Vizinhança*. Entre os dois Roosevelts, portanto, os EUA claramente alargaram suas pretensões estratégicas no Hemisfério. Em sua interpretação, Gerson Moura postula que: “À medida que se estabelece o sistema de poder norte-americano em confronto com o alemão, as definições estratégicas dos Estados Unidos também mudam. Desde seu ingresso na corrida imperialista, ao final do séc. XIX, os Estados Unidos definiram como sua área de segurança o Pacífico, o Caribe e a América Central, mas a perspectiva de um conflito mais vasto, que se anuncia na segunda metade da década de 1930, leva os estrategistas americanos a ampliar o círculo da segurança do país, que passa a incluir toda a América do Sul, especialmente a ‘saliência de leste’, a saber, o Nordeste brasileiro. Assegurar a defesa desse ponto passa a ser matéria vital da segurança norte-americana (leia-se, do sistema de poder emergente) e daí a necessidade de cooperação política em escala continental que assegurasse a cooperação militar, especialmente a concessão das bases que permitissem aos militares

sua campanha contra o nazi-facismo europeu, Roosevelt não prescindiu de expressivas concessões ao projeto de modernização econômica e industrial brasileiro, com as quais conquistou - decisivamente- a simpatia de nossas Forças Armadas por seu país.

Confirmada a vitória dos Aliados, em 1945, seguida da deposição de Vargas, no mesmo ano, abriu-se caminho para o reencontro tanto do Brasil quanto da Europa Ocidental com o Estado de Direito. Na cena nacional, a promulgação da Constituição de 1946 inaugurou um dos capítulos mais pujantes da história democrática brasileira: o primeiro a conciliar um considerável rol de direitos sociais com liberdades políticas e civis, bem como a reconhecer a universalização do voto ⁷³consubstanciado com a formação de um vibrante arranjo partidário nacional.

Na República de 1946, também, verificou-se uma profunda maturação da consciência nacional brasileira quanto à percepção de seus objetivos estratégicos, de suas aspirações e de seu destino. Maturação essa que se expressou na urgência em se dar seguimento à marcha de industrialização e desenvolvimento iniciada pela Revolução de 1930. A proeminência de tal questão nos debates e embates públicos do período capturou praticamente todo o espectro político-ideológico de então; cristalizando-se em um “pacto social com alta capacidade hegemônica”:⁷⁴ uma espécie de *consenso desenvolvimentista*. Longe, porém, de constituir um arranjo ideológico homogeneizante, esse consenso conseguiu congregiar em seus marcos as mais distintas e antagônicas perspectivas concernentes à questão do desenvolvimento.⁷⁵

norte-americanos a formulação de planos globais de defesa hemisférica”. Cf. MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência; a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.59.

⁷³ Admitimos, porém, que essa universalização se fez de forma relativa, vez que a ordem constitucional de 1946 ainda excluía os analfabetos da condição de eleitores. A plena cidadania política só seria concedida a esse segmento do povo brasileiro com a promulgação da Constituição de 1988, que estendeu o direito a voto aos analfabetos. No entanto, sob o texto constitucional vigente, ainda há uma parcela significativa de brasileiros sem essa prerrogativa cidadã fundamental, a saber: os menores de 16 aos.

⁷⁴ CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 26, n. 75, mai./ago. 2012, p.82.

⁷⁵ Cf. Para uma visão mais abrangente sobre as distintas correntes desenvolvimentistas ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro; os ciclos ideológicos do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Com efeito, seu caráter plural e pujante tornou-o indiscernível da própria alma da República de 1946, vez que foi capaz

[...] de mobilizar a elite e o povo na sustentação de um projeto nacional de desenvolvimento. E que no centro dele encontrava-se uma ideia de Brasil que respondia de modo afirmativo quanto à essência do Ser nacional, unificado e mobilizando o que melhor havia de sua intelectualidade civil e militar.⁷⁶

Inevitavelmente, a atuação internacional do país sofreria os influxos da ebulição da questão desenvolvimentista. Em um primeiro momento, no entanto, a política exterior brasileira mostrou-se vacilante na concepção de uma proposta mais ousada de perseguição dessa aspiração nacional. Isso porque, em nosso sentir, o quadro do imediato pós-Guerra consolidou, entre nossas elites, uma mentalidade que tomava a primazia das relações com os EUA como premissa fundamental da emergência e da projeção internacional do país. Tal acepção encontrava certa justificativa à luz da própria experiência histórica; vez que as relações brasileiro-americanas mostravam-se virtuosas para o Brasil até então. Afinal, como já mostramos, desde Rio Branco, a aproximação de Washington serviu de contrapeso às empreitadas imperiais da Europa no contexto sul-americano; e, com a adesão brasileira às fileiras dos Aliados, proveu também condições para se modernizar o parque industrial e as Forças Armadas brasileiras. Concomitantemente, a nascente ordem internacional parecia anunciar um horizonte promissor para o Brasil: a eleição do ex-chanceler Oswaldo Aranha para a presidência da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1947, projetava-se nas mentes nacionais como sinal inequívoco da posição de crescente protagonismo e prestígio que a Nação galgara, com o suporte dos EUA.

Nessa perspectiva, o alinhamento às posições dos americanos, no âmbito hemisférico e global, seria uma constante da política externa na República de 1946, em seus quinze primeiros anos. Em seu aspecto prático, tal alinhamento tomou forma na assinatura do Tratado Interamericano de Defesa Recíproca (TIAR),⁷⁷ em 1947, e de

⁷⁶ CABRAL, Severino. *Brasil megaestado: nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p.88.

⁷⁷ De forma geral, o TIAR (também chamado de Pacto do Rio de Janeiro) concebia um modelo de segurança hemisférica segundo o qual um ataque a um de seus signatários deveria mobilizar todos os demais em sua defesa. Desde 1947 até o presente, entretanto, o Tratado já foi invocado cerca de vinte vezes, mas nunca aplicado. Em especial, a Argentina lançou mão de seus dispositivos para solicitar o

forma mais incisiva, no rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, no mesmo ano. Além disso,

Em temas tabu da Guerra Fria, a diplomacia brasileira manifestou posicionamento inequivocamente pró-americano: isso inclui desde o acolhimento de Taiwan como legítimo governo chinês pós-Revolução Comunista de 1949 até a manutenção de reconhecimento diplomático das repúblicas bálticas, mesmo após terem sido anexadas pela União Soviética em 1945. O Brasil também não estendeu reconhecimento diplomático para as repúblicas do Pacto de Varsóvia (com exceção da manutenção de vínculos com a Polônia e a Tchecoslováquia) [...] ⁷⁸

À luz deste contexto, não tardou para que o alinhamento preferencial aos americanos se revelasse opção estratégica profundamente problemática. Em especial, isso se evidenciou a partir da contraparte desse alinhamento; isto é, a expectativa pela cooperação estadunidense nas iniciativas nacionais de desenvolvimento. De forma sistemática, os governos deste período receberam de Washington gestos pífios, quando não agressivos, em relação às suas propostas de fomento à modernização econômica: durante a gestão do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), por exemplo, os EUA negaram as insistentes solicitações do Brasil por auxílio econômico-militar; na segunda presidência de Getúlio Vargas (1951-1954), por sua vez, a administração de Dwight Eisenhower encerrou as atividades da Comissão Mista Brasil-EUA, que discutia formas de financiamento ao desenvolvimento nacional; nos anos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a proposta brasileira da chamada Operação Pan-Americana (OPA), um programa de cooperação hemisférica pela reversão do atraso econômico nas Américas, recebeu inexpressiva atenção da diplomacia ianque.⁷⁹ Com isso, a indisposição dos norte-americanos tornava-se cada vez mais gritante, principalmente quando comparada à posição de outros atores

apoio dos norte-americanos no seu confronto com o Reino Unido, durante a chamada Guerra das Malvinas, em 1982. Na ocasião, o governo dos EUA recusou-se a socorrer Buenos Aires, o que terminou por lançar o sistema interamericano de defesa ainda mais em descrédito. No entanto, é digno de nota que Washington posteriormente também invocaria o TIAR, na tentativa, fracassada, de mobilizar os países latino-americanos em sua guerra contra o Talibã, no Afeganistão (como resposta aos atentados terroristas ao *World Trade Center*, em 11 de Setembro de 2001). Mais recentemente, esse gesto se repetiria, em 2019, quando a diplomacia estadunidense tentou, sem êxito, engajar os governos do continente contra a República Bolivariana da Venezuela (presidida por Nicolás Maduro).

⁷⁸ LOUREIRO, Felipe. A política externa brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p.184.

⁷⁹ Ibidem, p.200.

internacionais no mesmo período; a exemplo da República Federal Alemã, que destinou significativos aportes econômicos ao parque industrial nacional.⁸⁰

Em se tratando, porém, de iniciativas mais sensíveis à manutenção de sua hegemonia, a reação dos Estados Unidos transfigurava-se, de uma indisposição a um aberto e incisivo boicote - como se verificou nas severas restrições que tentou impor ao (então recém criado) programa nuclear brasileiro, liderado pelo Almirante Álvaro Alberto.⁸¹

Em face dos constantes atritos entre o Estado Brasileiro e seu parceiro preferencial de então, abateu-se certa desilusão em parte das elites militares, políticas e empresariais

⁸⁰ Nessa perspectiva, comenta Bandeira: “*De facto*, apesar de destruída durante a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha Ocidental economicamente logo se recuperou, com o apoio do Plano Marshall, e o Brasil, de 1952 até o curso dos anos 60, tornou-se o país estrangeiro onde suas empresas mais aplicaram capitais diretos, compelindo as norte-americanas a realizarem, ali, maiores investimentos, a fim de não perderem o mercado. Não fosse a concorrência da Volkswagen e da Mercedes-Benz, a investirem, desde 1953, em projetos para a fabricação (não apenas montagem) de automóveis e caminhões no Brasil, a Ford e a General-Motors provavelmente nunca o fariam, pois pretendiam conservar o mercado para suas exportações, a partir dos EUA.” Cf. BANDEIRA, Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*. São Paulo: Ensaio, 1994, p. 216.

⁸¹ Professor catedrático do Departamento de Física e Química da Escola Naval, o Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva atuou como representante do Brasil junto à Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da ONU, em 1946. No mesmo ano, destacou-se no plano doméstico como um dos principais proponentes da criação do Conselho Nacional de Pesquisa (atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq), órgão que teria papel destacável na fase inicial de nosso programa nuclear, e do qual Álvaro Alberto se tornaria o primeiro presidente, em 1951. Foi também de sua autoria o primeiro projeto de política atômica aprovado pelo Conselho de Segurança Nacional, em 1957. De teor nacionalista, a proposta do oficial só ganharia mais concretude a partir da década seguinte. Nesse sentido, comenta Moniz Bandeira: “[...] desde que o Congresso Nacional aprovava a Lei 1.310, promulgada em 15 de janeiro de 1951, as exportações dos principais minérios radioativos passaram a constituir monopólio, sujeitas às mais severas restrições, inclusive a anuência do Conselho de Segurança Nacional, do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ), então criado, bem como, se necessário, do Estado Maior das Forças Armadas (EM-FA), e só poderiam ser autorizadas mediante a obtenção de *compensações específicas*. Isto significa [...] que, além de cobrar o valor monetário das exportações de areias monazíticas e de outros minerais estratégicos, o Brasil deveria também exigir, como contrapartida, o fornecimento de know how e facilidades para a aquisição de equipamentos, que o capacitassem a dominar o ciclo completo da produção de energia atômica”. BANDEIRA, Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*. São Paulo: Ensaio, 1994, p.91. Em homenagem ao seu primordial papel para nosso programa de energia radioativa, o primeiro submarino de propulsão nuclear, em desenvolvimento pela Marinha do Brasil, será batizado de SN-BR “Álvaro Alberto”. Por fim, é também digno de nota que, somadas aos esforços de nossas Forças Armadas, as Universidades públicas ofereceram imprescindíveis contribuições para o programa nuclear pátrio ao longo do referido período. Em especial, ressalta-se a criação do Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR), da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1952; a primeira instituição brasileira dedicada ao estudo da física nuclear e à prospecção e metalurgia de minérios radioativos.

da República de 1946; aprofundando os seus ressentimentos para com os americanos, vez que nunca olvidaram o fato de que:

[...] os Estados Unidos, através do Plano Marshall, alocaram vultosos capitais na Europa, sobretudo para a reconstrução da Alemanha e da Itália, nações contra as quais lutara na Segunda Guerra Mundial, enquanto que em nada cooperaram para o desenvolvimento do Brasil.⁸²

Conseqüentemente, viu-se a consciência estratégica da Nação impelida a alargar suas proposições de política exterior, visando principalmente alcançar o mais amplo grau de independência. Todavia, mais do que uma assimilação de novos elementos, fez-se claro que a inserção internacional do país carecia de reformulações mais contemporâneas e, sobretudo, mais ousadas quanto ao seu papel no mundo. A tradição diplomática inaugurada por Rio Branco (outrora inovadora e potente) parecia agora frustrantemente antiquada e, quiçá, medíocre, vez que seus cultores não se atentaram, até então, para a urgência de renová-la à luz dos desafios que aquela nova quadra histórica colocavam aos interesses nacionais. Por isso, foi gradativamente que o pensamento estratégico-político da época passou a perceber a necessidade de “rejuvenescer uma tradição que envelhecera e já não correspondia às demandas do tempo nem ao nível de percepção de si e do mundo que a consciência coletiva atingira”.⁸³

Recuperar e renovar o legado de Rio Branco, eis a tarefa histórica que se colocava à inteligência nacional daquele momento! Tarefa, essa, que encontrou indispensável suporte nas reflexões desenvolvidas no seio da Escola Superior de Guerra (ESG), instituição que, desde sua fundação, em 1949, “transformou-se no principal laboratório do pensamento estratégico nacional nos anos 50 e 60 do século passado”.⁸⁴No contexto dos experimentos conceituais e doutrinários em curso na ESG naquele momento, e em consonância com nossa tradição diplomática, pôde então Francisco Clementino de San Tiago Dantas arquitetar aquela que seria a mais bem

⁸² Ibidem, p.69.

⁸³ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.397.

⁸⁴ CABRAL, Severino. Meira Mattos e os trópicos. *Cadernos de Estudos Estratégicos*, [S.l.], n. 12,p.76-96,dez.2013, p. 86.

sucedida proposta de *aggiornamento* de nossas relações exteriores: a Política Externa Independente (PEI).

Em seu próprio nome, esse novo paradigma guardava a indicação de seu principal desafio imediato, o qual já assinalamos, mas que é elucidado em brilhante síntese por Rubens Ricupero:

[...] independência é um conceito relativo; somos independentes ou dependentes em relação a alguém ou a alguma coisa. No caso do Brasil, pela sua posição na geoestratégia mundial, esse alguém só poderia ser os Estados Unidos [...] O adjetivo “independente” tacitamente remetia aos norte-americanos.⁸⁵

3.2 NOTA INTRODUTÓRIA À PEI.

Pode-se dizer que, em sua fase de lançamento, a PEI encontrou três formuladores principais, os chanceleres: Afonso Arinos de Melo Franco,⁸⁶ no governo presidencialista de Jânio Quadros (1961); Francisco Clementino de San Tiago Dantas, no governo parlamentarista de Tancredo Neves (1961-1962); e Araújo Castro, no governo presidencialista de João Goulart (1962-1964). Dentre estes, San Tiago Dantas assume, a nosso juízo, maior relevância para o presente trabalho, vez que coube a ele a tarefa de, em suas próprias palavras, “desenvolver e sistematizar”⁸⁷ os postulados da política exterior iniciada por Arinos, convertendo-lhe em doutrina diplomática.

⁸⁵ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.404.

⁸⁶ Professor catedrático de Direito Constitucional da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), Afonso Arinos de Melo Franco foi um dos mais notáveis juristas mineiros do século XX. Eleito deputado federal pela UDN de MG, em 1947, foi de sua autoria o primeiro projeto de lei que criminalizou a discriminação racial no Brasil, a chamada Lei Afonso Arinos, aprovada pelo Congresso Nacional em 6 de Julho de 1951. Na Câmara, atuou como líder de seu partido e foi membro ativo da Comissão de Constituição e Justiça. Em 1958, foi eleito *imortal* pela Academia Brasileira de Letras, e senador pelo então Estado da Guanabara, cargo que ocupou até 1961. Neste último ano, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores por Jânio Quadros. Após a renúncia deste, Afonso Arinos recebeu a incumbência de chefiar a delegação brasileira junto à Organização das Nações Unidas, ali oficiando entre 1961 e 1962. Com o fim do regime civil-militar de exceção de 1964, Arinos seria designado, em 1985, à chefia da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (denominada Comissão Afonso Arinos), responsável pelo preparo do anteprojeto de uma nova Constituição. Em 1986, retornou ao Senado Federal, agora como constituinte, onde atuou à frente da Comissão de Sistematização Constitucional, que deu forma ao texto original da Constituição Cidadã, de 1988.

⁸⁷ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.3.

O próprio San Tiago Dantas reconhece que a elaboração da PEI se articula em dois momentos lógicos distintos. O primeiro, intuitivo, consistiu na tomada de decisões em repostas aos fatos que se colocavam em um dado momento ao Ministério das Relações Exteriores; portanto, desprovida de caráter de doutrina e de plano estratégico. Nesse momento, sintetiza ele, “Os fatos precederam as ideias”. Já em sua segunda fase, a PEI constituiu-se do recolhimento das ações realizadas pelo Ministério, de sua concatenação em um sistema coerente; uma “unidade inteligível”.⁸⁸

Artífice-mor da sistematização da PEI, o notável papel que San Tiago Dantas desempenhou em justificar e esclarecer as diretrizes estratégicas da nova política externa à Nação assumiu tamanha centralidade que faz-se praticamente impossível compreendê-la adequadamente sem remissão aos seus textos e pronunciamentos.⁸⁹

Portanto, de suas reflexões, buscaremos compreender sua interpretação da Política Externa Independente, discernindo seu conteúdo programático, bem como seu sentido.

3.3 VISLUMBRES DO PENSAMENTO DE SAN TIAGO DANTAS

O papel de Dantas em sua época, comenta Ricupero, equivale àquele que Norberto Bobbio desempenhou na história recente da Itália: o de elucidar os problemas, dissecando sua natureza e, em alguma medida, desenhando-lhe soluções.⁹⁰ Nestes termos, enquanto um luminar da vida nacional, San Tiago Dantas erigiu um pensamento abrangente, capaz de assimilar as múltiplas facetas da realidade política, social e econômica de seu tempo, projetando seus desdobramentos no longo prazo.

⁸⁸ Ibidem, p.3.

⁸⁹ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.427.

⁹⁰ Ibidem, p. 404.

Sua índole de reformador traduziu-se nos seus mais relevantes escritos, em que procurou “entretecer o passado com o futuro, a estabilidade com a mudança”.⁹¹

Dos traços mais marcantes de suas multifacetadas formulações, julgamos que poucos se destacam tanto quanto a centralidade com que San Tiago Dantas concebeu a ideia de cultura. Afinal, seu potente e vigoroso corpo de reflexões contemplava o patrimônio e a tradição culturais de um povo como, nas palavras de Marcílio Marques Moreira,

[...] fonte de inspiração radicada no passado, mas iluminando o presente e prefigurando o futuro, não só em termos da mais plena realização humana individual, senão também para assegurar maior riqueza e vitalidade ao processo social.⁹²

Em Dantas, a cultura é concebida como projeção do espírito humano no tempo e espaço, em sua luta incansável por permanência; permitindo-lhe transcender sua realidade imediata. Assim, postula o jurista:

[...] a cultura não é senão um esforço para vencer as contingências do tempo e instaurar uma ordem que sobreviva à marcha incessante da história, que domine e absorva o novo dos acontecimentos.⁹³

De sua luta por permanência, nesse sentido, uma civilização desenvolve na cultura todo um escopo de bens éticos e técnicos⁹⁴ que lhe permite dirigir e governar a si

⁹¹ MOREIRA, Marcílio Marques. Introdução: a vida e obra de San Tiago Dantas. In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985, p.37.

⁹² *Ibidem*, p.55.

⁹³ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Renovação do Direito. In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Palavras de um professor*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p.10.

⁹⁴ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. A educação jurídica e a crise brasileira. In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Palavras de um professor*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p.52. Sobre ética e técnica, pontua o autor: “A verdade é que a ética é, sobretudo, o controle subjetivo, ou melhor, o controle da natureza humana, por meio da consciência. A técnica é toda a forma de controle objetivo, de controle que se alcança sem ser por meio da consciência, o que permite que o próprio controle do homem seja ao mesmo tempo procurado através de meios éticos e de meios técnicos”. Cf. SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Interpretação da realidade brasileira*. In: SAN TIAGO, Francisco Clementino de. *Poder nacional, cultura política e paz mundial; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962)*. Rio de Janeiro: ESG, 2014, p. 186-187. A nosso juízo, o emprego do termo “controle” para designar as normas ético-jurídicas de uma coletividade ressalta o fato de Dantas conceber os fenômenos sócio-políticos a partir de uma “análise sociológica de matriz funcionalista”, nas palavras do Professor Dr. José Luiz Borges Horta. Em seu esforço de tecer uma compreensão mais contemporânea dos escritos do jurista, o jusfilósofo em questão prefere descrever os “controles” enquanto *limites éticos*. Cf. HORTA, José Luiz Borges.

mesma. Por conseguinte, o vigor de uma civilização fia-se na capacidade de sua cultura em produzir as respostas para as problemáticas – quer no campo político-social, quer no campo material – que lhe ameaçam a vida e o desenvolvimento.

Hoje é lícito dizer-se que a causa imediata da expansão ou da decadência de uma civilização ou mesmo de um grupo social, como um Estado, ou uma entidade menor contida no Estado, reside respectivamente no aumento e na perda da eficácia de sua cultura, na capacidade ou incapacidade de criar e aplicar as técnicas diversas de controle do meio físico e social.⁹⁵

Esse poder criativo de um povo ou nação, a seu turno, tem como eixo uma singular “atitude fundamental em face do universo”; da qual derivam todas as suas manifestações culturais particulares.⁹⁶ A evolução de uma Civilização implica “deduzir uma ética” dessa atitude fundamental – ou, como preferimos, dessa *cosmovisão* – e a partir dela, “adotar e desenvolver uma técnica”.⁹⁷

Nesse sentido, “Interpretar culturalmente sua realidade”⁹⁸ impõe-se como imperativo inafastável ao esforço de permanência de toda nação. Entretanto, embora seja de

Santhiago Dantas e a cultura jurídica; esboço de releitura filosófica. In: HORTA, José Luiz Borges. *Ensaio de educação jurídica*. [no prelo], p.28.

⁹⁵ Ibidem, p.53.

⁹⁶ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Interpretação da realidade brasileira. SAN TIAGO, Francisco Clementino de. In: *Poder nacional, cultura política e paz mundial; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962)*. Rio de Janeiro: ESG. 2014, p.178-179. A nosso juízo, a ideia de “atitude fundamental” que Dantas propõe encontra claramente seu paralelo com que Fernand Braudel, em seus estudos civilizacionais, denominou de “mentalidade”. Nessa perspectiva, escreve o historiador francês: “Em cada época, certa representação do mundo e das coisas, uma mentalidade coletiva dominante anima, penetra a massa inteira da sociedade. Essa mentalidade que dita as atitudes, orienta as opções, arraiga os preconceitos, inclina os movimentos de uma sociedade, é eminentemente um fato da civilização. [...] As reações de uma sociedade aos acontecimentos da hora, às pressões que eles exercem, às decisões que exigem dela, obedecem menos à lógica, ou mesmo ao interesse egoísta, do que a esse mandamento não formulado, frequentemente informulável e que brota do inconsciente coletivo. Esses valores fundamentais, essas estruturas psicológicas, são seguramente o que as civilizações têm de menos comunicável em relação umas às outras, o que as isola e melhor as distingue. E essas mentalidades são também pouco sensíveis aos danos causados pelo tempo.” Cf. BRAUDEL, Fernand. *Gramáticas das civilizações*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 42-43.

⁹⁷ Ibidem, p.182.

⁹⁸ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. O Poder Nacional, seus móveis, interesses e aspirações; realismo e idealismo políticos. In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Poder nacional, cultura política e paz mundial; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962)*. Rio de Janeiro: ESG. 2014, p.122.

primordial relevância para um todo coletivo, Dantas reconhece que tal tarefa realiza-se exclusivamente por um segmento social específico; a que designará por *classe ou elite dirigente*.⁹⁹

Compete às elites, desde sua interpretação cultural, discernir aqueles que seriam os *interesses vitais* de sua comunidade política; e desenvolver meios efetivos para persegui-los. Para San Tiago, a compreensão de tais interesses faz-se pedra angular de toda a condução política de um Estado, sobretudo na sua atuação e projeção internacional. Isso porque, em suas palavras:

O interesse vital, ao contrário, é aquele que toma um caráter imperativo, que se relaciona com as próprias condições existenciais da comunidade política de tal maneira que, se esta comunidade não os tem devidamente atendidos, ela pode sofrer um daqueles processos de involução social e mesmo de desintegração que representam as muitas formas pelas quais se liquidam as culturas. Os interesses vitais estão geralmente ligados à manutenção da forma histórica de uma sociedade política qualquer, ou à garantia de suas possibilidades de atingir um certo nível de desenvolvimento. Sempre que esses interesses vitais são sacrificados, a sociedade política ou perde suas condições de manutenção e deve evoluir para uma forma diversa, em que seu equilíbrio social seja possível, ou entra francamente em liquidação, isto é, num desses processos de liquidação histórica, geralmente de realização lenta, em que a comunidade desaparece como unidade ativa no conjunto internacional.¹⁰⁰

Quando se projetam ao longo do tempo, quando se impõem enquanto demanda permanente para um Estado, tais interesses assumem o caráter de *aspirações nacionais*. San Tiago vislumbra nas aspirações um caráter conformativo de toda a dinâmica cultural e política daquela coletividade, sendo aspecto constitutivo de sua identidade histórica:

Os interesses permanentes imprimem forma às instituições políticas, criam reações emocionais e convicções racionais na sociedade, dando-lhe unidade de comportamento histórico e contingenciando suas atividades de caráter prático. Os interesses permanentes, vistos por meio dessa projeção na mentalidade coletiva, são chamados de aspirações nacionais. A palavra aspiração nacional, que hoje aparece frequentemente indicada nos ensaios sobre esses temas, não me parece que possa ter outro sentido senão este: uma aspiração nacional nada mais é que a forma subjetiva que o interesse

⁹⁹ Deve-se salientar que o emprego dos termos elites ou classe dirigentes em nada se refere à posse de meios de produção ou de capital econômico por parte desse segmento social. Antes, designa aquele grupo responsável por conservar e desenvolver a vida intelectual e cultural de uma coletividade. Conferir proeminência política a esses segmentos é enfoque que data, ao menos, desde a figura dos reis-filósofos, elaborada por Platão.

¹⁰⁰ Ibidem, p.120.

vital assume quando se projeta nas consciências de suas classes, tanto de suas classes dirigentes como de suas classes dirigidas.¹⁰¹

A centralidade com que San Tiago concebe o papel das elites decorre daquela que, para ele, seria sua vocação característica: tecer as representações ideológicas do corpo coletivo. Ou seja, postula ele que: “A formulação de uma ideologia [...] é a missão da elite dirigente dessa sociedade e é, talvez, o que a caracteriza como elite”.¹⁰² É a ideologia, por sua vez, que confere alguma racionalidade à perseguição dos interesses vitais, justificando-os à luz da realidade espiritual do tempo. No Ocidente, em particular, tal função ganha especial relevância, vez que ali se instaurou o governo do homem pela consciência;¹⁰³ o que, a seu turno, condiciona as formulações ideológicas a adquirirem elevado grau de fundamentação e universalização. Nessa perspectiva, conferir racionalidade aos objetivos vitais é reconhecer que: “o espírito humano procura racionalizar o seu imperativo vital e apresenta-o como produto de um conhecimento objetivo e de um julgamento imparcial de valores, o que abre caminho à realização de suas aspirações existenciais”.¹⁰⁴

Em razão disso, qualquer política de Estado conserva, em sua essência, algum aspecto ideológico. Este, a seu turno, é reflexo de uma percepção do real jogo de poder que se dá nas diversas interações de tal Estado com os demais. Na síntese de San Tiago,

Toda verdadeira grande política é ideológica, isto é, implica a transmutação profunda de um imperativo existencial em uma doutrina racional conveniente não só à nação que a elabora, mas às outras nações. Toda

¹⁰¹ Ibidem p.121.

¹⁰² Ibidem, p.128.

¹⁰³Nas palavras de Dantas: “A supremacia da ética, ou seja, o governo do homem por meio da consciência pode ser considerado uma constante da civilização ocidental. A civilização ocidental sempre procurou atribuir, em última análise, a responsabilidade de toda e qualquer atividade voluntária à consciência. Aquilo que a consciência delibera, aquilo que a consciência decide é o ponto final de imputação de qualquer cadeia de causas, o que estabelece a supremacia da personalidade moral, e condena aquelas formas de ascese e de obliteração da razão, de que a consciência oriental se serve com tanta facilidade para substituir a deliberação moral, por uma forma de ação intuitiva ou endopática do homem.”Cf.SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Interpretação da realidade brasileira. SAN TIAGO, Francisco Clementino de. *Poder nacional, cultura política e paz mundial; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962)*. Rio de Janeiro: ESG. 2014, p.188.

¹⁰⁴ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. O Poder Nacional, seus móveis, interesses e aspirações; realismo e idealismo políticos. SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Poder nacional, cultura política e paz mundial; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962)*. Rio de Janeiro: ESG. 2014, p.122 , p.128.

ideologia é, portanto, idealista nos seus meios e realista nos seus princípios e fins.¹⁰⁵

Com isso, Dantas evidencia a relevância de que a apreensão dos objetivos estratégicos nacionais se dê também pelos demais segmentos que compõem a coletividade, ainda que isso ocorra de forma desigual. Afinal

Ao estudarmos a transformação dos interesses vitais de uma sociedade em aspirações, em manifestações conscientes dela, não podemos deixar de considerar que, raramente, uma sociedade no seu todo apreende da mesma forma e no mesmo grau os seus interesses vitais. Normalmente, os estratos em que se divide a sociedade, as classes, as camadas, os grupos em que ela se subdivide conceituam de forma diversa o interesse vital da coletividade, apresentam uma sensibilidade desigual por esses interesses e não é raro que grande parte de uma sociedade se apresente inteiramente isolada de qualquer compreensão dos interesses vitais.¹⁰⁶

Logo, a busca das aspirações nacionais não deve se restringir aos círculos das elites; antes, ela deve despertar o engajamento das massas e dos dirigidos para que ganhe força e vitalidade. Para tal, conceber uma cultura política que apresente essas aspirações aos diferentes componentes da nação, ainda que no plano da “intuição profunda”, é imprescindível.¹⁰⁷ Em seu ver:

Quando os interesses vitais passam para a consciência de uma sociedade, o processo pelo qual esses interesses se revelam constitui fator decisivo no exame de sua viabilidade, no exame do que poderíamos chamar o seu êxito.¹⁰⁸

Em suma, para que uma comunidade política realize, por meio de sua cultura, seu efetivo governo e progresso, necessita-se, nos termos de Dantas: 1) do grau de “coincidência” entre as manifestações culturais e ideológicas de uma sociedade e seus interesses vitais; 2) do grau de “racionalização e de universalização alcançados pelas normas e princípios propostos”.¹⁰⁹

¹⁰⁵ Ibidem, p.129.

¹⁰⁶ Ibidem, p.122.

¹⁰⁷ Ibidem, p.127.

¹⁰⁸ Ibidem, p.126.

¹⁰⁹ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Interpretação da realidade brasileira. SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. In: *Poder nacional, cultura política e paz mundial*; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962). Rio de Janeiro: ESG. 2014, p. 189.

Em face do que expusemos, é-nos lícito compreender o projeto da Política Externa Independente como arquitetura ideológica elaborada a partir da clarificação e discernimento de San Tiago Dantas concernentes ao Ser Nacional, ou, em outras palavras, de sua interpretação cultural do Brasil. As premissas e diretrizes de sua proposta de política exterior elucidam-nos como concebeu os interesses vitais e aspirações nacionais do Estado Brasileiro, bem como os caminhos que desenhcou para sua perseguição.

Primeiramente, esse ilustre intelectual expressava a inequívoca vocação democrática do Estado Brasileiro. Esse aspecto democrático, no entanto, já o percebia Dantas, não se sustentaria se acomodado apenas nas garantias fundamentais reconhecidas na fase liberal do Estado de Direito. Antes, postulava, os regimes democráticos -e, em especial, o brasileiro- encontravam-se diante de uma encruzilhada: ou conceber um modelo de reforma social que eleve a qualidade de vida da totalidade coletiva, preservando a primeira geração de direitos; ou sucumbir ante a autocracias que se propusessem a fazê-lo, sob pena de ruptura das institucionalidades do Estado de Direito.

Acreditava San Tiago ser essa tarefa realizável, principalmente à luz do próprio caráter do Estado de Direito. Em sua formação histórica, o Estado de Direito irrompeu no bojo das revoluções liberais, mas, pontuava San Tiago, do liberalismo há muito já se emancipara. Seus postulados centrais conferiam-lhe certa plasticidade e adaptabilidade, características que permitiram-lhe evoluir historicamente; incorporando em si novas doutrinas políticas e interiorizando os conflitos que se davam à margem de sua institucionalidade.¹¹⁰ Diante das potencialidades do Estado de Direito, Dantas, assim, considerava imprescindível à sua preservação o imperativo de desenvolvê-lo; ao que expressou em magistral síntese: “Defender o Direito é, assim, essencialmente, atualizar o Direito”.¹¹¹

¹¹⁰ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. As doutrinas políticas e o Estado Moderno. SAN TIAGO, Francisco Clementino de. In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Poder nacional, cultura política e paz mundial*; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962). Rio de Janeiro: ESG, 2014, p. 250-253. Para uma visão mais holística do progresso histórico do Estado de Direito ver: HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.

¹¹¹ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Novos rumos do Direito. In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. *Palavras de um professor*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p.24.

Como no Brasil o processo democrático deitou efetivamente suas raízes, estava, portanto, em marcha o desafio de incorporar ao seu Estado novos ganhos civilizatórios. Em nosso contexto, tal desafio deparava-se necessariamente com a perseguição da reversão do subdesenvolvimento e as disparidades sócio-econômicas dele decorrentes. Desta compreensão, teceu um inspirador adágio: “Salvar a democracia é eliminar as desigualdades”.¹¹²

Democracia e desenvolvimento, portanto, apresentam-se como díade fundamental a partir do qual Dantas teceu sua interpretação do Brasil, e pôde construir-lhe um destino. Tal visão é evidente reflexo do próprio espírito epocal da experiência política brasileira de então, encarnada na República de 1946. Por conseguinte, seria esta díade uma constante no seu esforço de sistematização da PEI, na qual estava presente

[...] a consideração exclusiva do interesse do Brasil, visto como um país que aspira (I) ao desenvolvimento e à emancipação econômica e (II) à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária.¹¹³

Em face do que até aqui se expôs, faz-se mister compreendermos como Dantas articulou as diretrizes estruturantes de seu projeto de política externa, elucidando suas correlações com sua interpretação do Brasil.

3.4. DIRETRIZES ESTRUTURANTES DA PEI

A partir das pesquisas que empreendemos, julgamos que Política Externa Independente formou-se desde de três principais diretrizes estruturantes: o *desenvolvimento*; a *busca pela paz*; e a *defesa do princípio de não-intervenção e autodeterminação dos povos*. Nessa perspectiva, passaremos a abordar cada diretriz em suas especificidades e suas correlações com os objetivos estratégicos do Estado Brasileiro.

¹¹² SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Formulação da Política Externa Independente*. SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985, p.317.

¹¹³ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.3.

3.4.1. Desenvolvimento

O imperativo do desenvolvimento constituiu-se diretriz estratégica axial da Política Externa Independente. Embora tenha mobilizado intensos debates e embates -políticos e teóricos- entre praticamente todos os espectros ideológicos de expressão da República de 1946; a nosso juízo, a questão desenvolvimentista só foi concebida claramente como interesse vital do Estado Brasileiro e sua soberania (como uma política de desenvolvimento intensivo) a partir do pensamento de San Tiago Dantas.¹¹⁴ A esse destacável intelectual, coube o passo histórico de introduzir o ideário nacional-desenvolvimentista-“norte matricial do pensamento estratégico brasileiro”¹¹⁵- à política exterior do país.¹¹⁶

Diante do avassalador salto científico e tecnológico empreendido pelo países desenvolvidos, verificado nas disputas da corrida espacial e pelo controle de tecnologia nuclear, Dantas tinha como iminente o início de um processo de aprofundamento das disparidades entre estes Estados e os aqueles não-desenvolvidos; colocando-os, esses últimos, sob o risco de uma “nova era de subdesenvolvimento econômico” ou neo-subdesenvolvimento.¹¹⁷ Em seu entender,

O risco do neo-subdesenvolvimento ainda é maior do que o do subdesenvolvimento, de que ainda não logramos sair. O distanciamento relativo entre os povos detentores da ciência e da tecnologia modernas e os

¹¹⁴ “[...] o tipo predominante de interesse vital, que se traduz na nossa política externa, há de ser o de preservação de nossa integridade territorial, social e econômica, para aquilo que hoje constitui, quase que por um entendimento tácito, o verdadeiro programa da sociedade brasileira: a utilização de seus recursos a longo prazo. Estamos todos nós vivendo o problema de nossos recursos a longo prazo. Toda a motivação política externa brasileira, se a observarmos, sobretudo depois da Segunda Grande Guerra, que deu ao nosso país a consciência de país subdesenvolvido e de portador dos problemas dos países subdesenvolvidos, é no sentido de uma utilização das nossas potencialidades a longo prazo e de uma abreviação desse prazo; em outras palavras, de uma política de desenvolvimento intensivo”. Cf. SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *As doutrinas políticas e o Estado Moderno*. SAN TIAGO, Francisco Clementino de. In: *Poder nacional, cultura política e paz mundial; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962)*. Rio de Janeiro: ESG. 2014, p.137 .

¹¹⁵ CABRAL, Severino. *Brasil megaestado: nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p.20.

¹¹⁶ Cf. RIBEIRO, Renato Ferreira. *Nacional-desenvolvimentismo e política externa brasileira: o pensamento político de San Tiago Dantas entre 1950 e 1960*. São Carlos : UFSCar, 2016, (Dissertação, Mestrado em História), p.120.

¹¹⁷ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Reatamento das relações com a URSS*. In; SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. In: *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985, p.406.

povos não detentores pode relegar estes últimos à condição de uma subumanidade.¹¹⁸

Como filho de seu tempo,¹¹⁹ San Tiago Dantas era partícipe das acirradas discussões concernentes à questão desenvolvimentista. Dessa forma, sua percepção sobre a natureza histórica do subdesenvolvimento – que bebe da primorosa contribuição de Celso Furtado para os estudos econômicos brasileiros - afastava-se de qualquer perspectiva etapista: ou seja, interpretava o subdesenvolvimento como decorrente de certas condições históricas, políticas e econômicas; cuja reversão demandava sistemática atuação política.¹²⁰ A essa tomada de consciência, Dantas refere-se como um dos fundamentos de seu projeto de política exterior:

É aí que a nova política externa do Brasil se coloca em correlação íntima com a apropriação pela consciência nacional da revelação de que o subdesenvolvimento, em que vivemos, não é, como já se quis fazer crer, uma simples etapa histórica natural, uma "adolescência" de país novo, a resolver-se espontaneamente com o curso do tempo, mas um estado de inferioridade e dominação, que se não for rompido por uma política emancipadora e revolucionária, tenderá, não apenas a manter-se e confirmar-se, mas a acentuar-se, no relativismo da posição em que ficamos, juntamente com outros povos, perante as áreas desenvolvidas do mundo.¹²¹

Não obstante, se o seu pensamento refletia o desenrolar de seu momento, a Dantas cabe o mérito de perceber que a superação do subdesenvolvimento não era alcançável apenas por reformas estruturais internas, mas necessitava de sua conjugação com uma adequada atuação internacional

[...] sabemos o que significa, hoje, a preeminência da vida internacional na definição do destino particular de cada povo. Nenhuma comunidade consegue mais resolver os seus problemas apenas através de sua vida política interna. Nenhuma comunidade pode mais vencer problemas como os do

¹¹⁸ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Aula inaugural In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Palavras de um professor*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p.155.

¹¹⁹ Todo sujeito encontra-se inevitavelmente na condição de filho de seu tempo. Esta máxima pode ser deduzida das próprias lições de Hegel sobre o saber filosófico: “Toda filosofia é filosofia do seu próprio tempo, um elo na corrente do desenvolvimento espiritual, e assim não pode satisfazer senão os interesses pertencentes ao seu tempo particular”. HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. Introdução à História da Filosofia. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Lisboa: Edições 70, 2006, p. 90-91.

¹²⁰ Cf. Sobre a perspectiva furtadiana do subdesenvolvimento ver: FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

¹²¹ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Política exterior e desenvolvimento. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, v. VIII, n.27,set./ dez. 1994, p.373-652, p.523.

desenvolvimento econômico, da estabilidade da organização social e da própria preservação das instituições políticas, senão integrando com consciência plena, no grande processo universal de que participamos, tomando posição clara e corajosamente, em face das grandes opções que se abrem a cada nacionalidade no mundo moderno [...] ¹²²

Ao conceber uma política exterior do desenvolvimento, o chanceler não mirava tão somente o incremento da atividade econômica; antes, direcionava o Estado Brasileiro ao caminho da reafirmação e, por conseguinte, do seu pleno realizar-se:

O desenvolvimento não é, visto na inteireza do seu significado, apenas um aumento quantitativo do produto nacional, capaz de elevar os índices de renda per capita. **É um processo de liberação da economia, da cultura e da vontade política da nação**, que lhe permite desvencilhar-se das limitações inerentes à escassez de recursos com que dominar a natureza, e traçar as linhas de ascensão do homem e da sociedade de acordo com sua liberdade e seu esforço. ¹²³

Em face do imperativo desenvolvimentista,urgia ao Brasil alargar suas relações internacionais ao nível mais eclético possível; perseguindo, dentre outros aspectos, diversificar seus parceiros comerciais e ampliar suas exportações.

Pois, na verdade, um país não pode atingir o grau de amadurecimento político e expansão econômica a que chegamos sem universalizar sua relações e sem entrar em contato, altivamente, preservado pela sua próprias convicções políticas e até - digamos - pelas suas próprias idiosincrasias culturais, com todos os sistemas, com todos os regimes, com toda a ideologias, para, em face de cada nação em face de cada área, observar a linha de seu próprio interesse de realização do destino de seu próprio povo. ¹²⁴

À luz dessa tarefa, a PEI concebeu como desígnio empreender um corajoso reatamento das relações diplomáticas com os países do Bloco Socialista, incluindo a União Soviética; esforçando-se, paralelamente, por manter bons laços com os EUA. Rememorando tanto sua passagem pelo Itamaraty quanto, pelo Ministério da Fazenda, San Tiago Dantas assim externou tal desígnio:

¹²² SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. Formulação da Política Externa Independente. In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985, p.315.

¹²³ Grifos nossos a: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Política exterior e desenvolvimento. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, v. VIII, n.27,set./ dez. 1994, p.373-652, p.524-525.

¹²⁴ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. Formulação da Política Externa Independente. SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985, p.319-320.

Não aceito que o Brasil possa, nem deva, inscrever a sua economia no âmbito da área geopolítica a que pertencemos, e a ela subordinar o curso de seus interesses. Tive a ventura, no primeiro dos governos a que pertenci, de restaurar, em sua plenitude, as nossas relações com a área socialista, e de realizar, no segundo, um esforço leal, e a meu ver frutuoso, para normalizar nossas relações financeiras com os EUA. Pouco importa que em ambos os casos me tenham sido feitas críticas injustas e creditados aplausos indevidos. **O que resulta da soma desses atos é o sentido de independência, e não de preferência ideológica, que procurei dar à política brasileira, e o princípio de fidelidade exclusiva ao interesse do nosso próprio país,** o qual não está como um espectador diante do palco onde ainda se desenrola a guerra fria, mas como um participante vivo e presente da trama internacional que o rodeia.¹²⁵

Concomitantemente, da inserção do ideário nacional-desenvolvimentista ao universo de nossas relações internacionais, resultou uma mudança significativa da perspectiva brasileira concernente à ordem internacional: a contestação do paradigma bipolar. Logo percebeu a consciência estratégica nacional que a adesão à divisão rígida do mundo entre Leste e Oeste – entre Moscou e Washington – limitava a realização das aspirações nacionais pelo desenvolvimento. Em seu sentir, Dantas concebia como não admissível “uma partilha do mundo em duas áreas estanques de influência, cada uma sob o controle de uma das grandes potências atômicas”.¹²⁶ Era necessário, portanto, contornar os limites impostos pelo Muro de Berlim e organizar novas coordenadas políticas com os demais países não-desenvolvidos; articulando frentes pela remodelação do *status quo* da economia internacional.¹²⁷ Em especial, o Brasil

¹²⁵Grifos nossos a: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Ideias e rumos para a revolução brasileira. In: *Revista Brasileira de História*, vol.24, n.47, São Paulo, 2004, p. 336-337.

¹²⁶ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.5.

¹²⁷ Nesse sentido, “com o esforço da diplomacia brasileira”, comenta Felipe Loureiro, “a Assembleia Geral da ONU aprovaria em dezembro de 1962 a convocação da Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference for Trade and Development*, Unctad), cujo primeiro encontro ocorreu em Genebra, em 1964. Após a aprovação da Unctad, o foco da diplomacia brasileira residiria na organização de uma frente ampla entre os países subdesenvolvidos para apresentar uma posição unificada na Unctad, sobretudo em temas como tratamento tarifário especial, mecanismos compensatórios de financiamento a acordos de estabilização de preços de commodities.” LOUREIRO, Felipe. *A política externa brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p.196. É oportuno ressaltar que a articulação internacional do Brasil com outros atores do chamado Sul Global se faz presente também na esteira da história recente de nossas relações exteriores. Fóruns como o bloco dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o G20 e a própria Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) constituem iniciativas que reafirmam a importância dessa diretriz para os interesses do Estado Brasileiro.

voltou-se aos países recém independentes, vislumbrando a possibilidade de exercer certa liderança sobre estes e demais nações do Terceiro Mundo

Esses países se voltam para nós, vindo, numa comunidade com a nossa expressão demográfica, com a nossa tradição política e com a nossa coerência cultural, um exemplo de audiência, e muitas vezes de imitação. Por isso a posição de um país como o nosso já pode hoje ser qualificada de liderança, pois liderança nada mais é do que a capacidade de exprimir, através de sua própria vontade, de sua própria experiência, a solução dos problemas que pesam sobre outros.¹²⁸

Quanto ao continente africano, a nova política externa “teve a intenção de promover a abertura para a África e concomitante afastamento, na ONU, das posições de Portugal salazarista, que praticava o colonialismo”.¹²⁹

Em suma, pode-se dizer que a PEI, ao assimilar o ideário nacional-desenvolvimentista, contribuiu por introduzir à rosa dos ventos de nossa perspectiva estratégica novos pontos cardeais: Norte-Sul, em detrimento de Leste-Oeste.¹³⁰

3.4.2. A busca pela paz

A seu turno, a busca pela paz internacional apresentou-se como outra destacável diretriz estratégica que estruturou a Política Externa Independente.

Como tradução de uma dada leitura de seu tempo, o imperativo da paz claramente refletia as percepções das ameaças potenciais que a escalada de tensões entre Washington e Moscou poderiam representar para o Estado Brasileiro, bem como para os demais povos. Afinal, em um intervalo de cinco anos, viu-se eclodir na cena

¹²⁸ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. Formulação da Política Externa Independente In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985, p.316.

¹²⁹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p. 333.

¹³⁰ Cf. Ibidem, p.333; LOUREIRO, Felipe. *A política externa brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p.190.

internacional dois dos mais dramáticos conflitos da Guerra Fria: a Guerra da Coreia (1950), cujo desfecho permanece formalmente em aberto até o presente; e a Guerra do Vietnã (1955), que só se findaria apenas 20 anos depois (1975). Em se tratando da realidade latino-americana, o quadro se tornaria ainda mais dramático a partir do fim da década, com a deflagração da Revolução Cubana (1959). Tal episódio, seguido do posterior alinhamento do governo revolucionário de Havana à URSS (1961), converteu-se em um verdadeiro catalisador das tensões geopolíticas nas Américas; bem como em todo o sistema internacional. Ora, se Cuba agora passara a servir de projeção soviética no espaço de segurança dos EUA, isso não apenas representou o transbordo efetivo da bipolaridade para o contexto hemisférico americano, vez que, até então, se restringia à Europa e à Ásia, como nos lembra Ricupero;¹³¹ mas representou, também, um acontecimento que elevou vertiginosamente os choques entre as duas superpotências, até o seu ápice: a Crise dos Mísseis em Cuba, em 1962- ocasião que figurou a mais grave iminência de um conflito nuclear efetivo.

Progressivamente, fazia-se cada vez mais perceptível que, com o advento das armas nucleares, a paz constituía-se em uma espécie de imperativo vital de praticamente todo o sistema internacional, vez que o seu contrário representaria a aniquilação de quase a totalidade do globo. Em outras palavras, sem a reversão da escalada de tensões testemunhada até então, o espectro de um enfretamento atômico entre os dois blocos colocaria as aspirações nacionais de quaisquer povos em incontornável xeque;

[...] nenhum outro bem da existência, seja a liberdade, seja a honra, seja o bem-estar social proporcionado pela civilização, poderá subsistir se o mundo tiver de passar pelos efeitos aniquiladores de uma guerra atômica entre as grandes potências detentoras de armamento nuclear e termonuclear.¹³²

A perseguição da paz, a seu turno, só se faria efetiva mediante uma cooperação diplomática em prol do processo de desarmamento geral e progressivo. Nesse

¹³¹ Nas palavras do diplomata: “Enquanto Berlim, a Europa Oriental, a China e Coreia estavam longe, a questão cubana trazia, pela primeira vez, a Guerra Fria para dentro do continente americano e da nação, internalizava no âmago de cada sociedade latino-americana o que até então apenas se jogava em paragens distantes na disputa entre comunismo e anticomunismo”. Cf. RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.406.

¹³² SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. O Brasil e o desarmamento. In: LESSA, Renato; HOLLANDA, Cristina Buarque(orgs.). *San Tiago Dantas*; coletânea de textos sobre política externa. Brasília: FUNAG, 2009, p.309.

sentido, Dantas argumenta que a paz armada atômica se revelava profundamente frágil e, uma vez rompida, reverberaria em todo o globo. Por isso, pontua ele:

[...] o risco tende a aumentar na medida em que o progresso tecnológico se estende a áreas maiores e que outros Estados logram acesso aos armamentos nucleares ou termonucleares por meios próprios ou por alianças políticas. A ampliação do número de detentores do poder de iniciativa introduz na equação de forças, novas variáveis independentes. Rompida, ainda que numa área geograficamente limitada, a paz nuclear, tornam-se mínimas as possibilidades de evitar que a ação se propague e atinja o centro do conflito mundial. A preservação da paz, já não pode pois ser assegurada através da procura da superioridade militar ou de qualquer das fórmulas em que se baseou na era pré-atômica a política de poder dos grandes Estados. Se queremos a paz, é a paz, e não a guerra, o que devemos preparar; e para isso estão igualmente aptos e são igualmente responsáveis tanto os Estados armados, quanto os não armados.¹³³

O êxito na construção de um entendimento comum pela reversão da corrida nuclear dependeria significativamente, no sentir do chanceler, dos países não-nucleares em, firmemente, adotarem postura de independência e não-alinhados frente às iniciativas militaristas de ambos os blocos do sistema bipolar. Em razão disso, como o representante do Brasil na Conferência de Desarmamento, em Genebra, Dantas conclamou-os a congregarem esforços na defesa de tal meta

Se essas nações não armadas – sedentas de uma paz não apenas durável mas também definitiva – tomarem a atitude esclarecida e corajosa de denunciar e repelir tais projetos de mera guerra fria, em vez de emprestarem seu apoio ao reforço de posições puramente polêmicas, adotadas por qualquer dos blocos militares, estará, em pouco tempo, neutralizado e mesmo destruído o efeito político de tais projetos e rapidamente se poderão criar as condições necessárias para uma política desarmamentista com resultados reais.¹³⁴

Paralelamente, o Ministro tratou de realizar o reatamento de laços diplomáticos com a União Soviética - e, conseqüentemente, com o Leste geopolítico do mundo - visando também a promoção da paz. Para além do aspecto comercial, do qual já tratamos, esse gesto de expressiva importância também tomava como premissa a necessidade de romper os isolamentos diplomáticos, impostos pela bipolaridade, como condição *sine qua non* para a desescalada das tensões. Segundo ele, à postura de isolamento (que se contrapõe ao amplo diálogo com os demais povos), subjaz uma lógica política de expectativa na eliminação de um dos lados da disputa; uma vez alcançada a paridade no domínio de armamentos nucleares entre ambos, urgia que tal lógica

¹³³ Ibidem, p.230.

¹³⁴ Ibidem, p.231.

fosse definitivamente afastada.¹³⁵ Desse modo, era necessário, na visão de Dantas, que as posturas beligerantes dessem lugar a um esforço de intercâmbio e convivência; os quais, longe de inaugurarem um estado de plena harmonia mundial, serviriam de mediadores de novas disputas entres os dois centros hegemônicos, sem o risco de aniquilamento nuclear.

Essa coexistência não significa para a área democrática, ou para a socialista, nenhuma abdicação ideológica, nenhuma perda de confiança na superioridade de sua própria filosofia de vida ou tipo de organização. Ela é uma coexistência essencialmente competitiva, isto é, que põe os dois campos políticos, não apenas em contato, mas também em competição, expondo cada um deles à influência inevitável dos modelos, das realizações e das experiências processadas no outro.¹³⁶

Não obstante, a nosso juízo, a busca pela paz não encontra a sua formulação enquanto diretriz estratégica exclusivamente na conjuntura imediata de lançamento da PEI. Antes, ela se fia numa leitura estratégica anterior, que encontra expressão no próprio ideário diplomático brasileiro, inaugurado pelo Barão de Rio Branco.

A paz se fazia primordial, assim como Rio Branco já havia postulado, vez que o Brasil não se encontrava entre aqueles Estados cujos interesses situavam-se fora de suas linhas territoriais, o que lhe afastava, portanto, o imperativo de assumir-se enquanto ator marcadamente beligerante na cena internacional. O desafio do Estado Brasileiro, postulava Dantas, residia em preservar e em exercer domínio efetivo sobre seu território - e os recursos nele presentes- a fim de realizar plenamente seu projeto de desenvolvimento.¹³⁷

¹³⁵ “O isolamento entre os dois campos ideológicos do mundo contemporâneo só se harmoniza com uma política, que vise, consciente ou inconscientemente, à eliminação de um deles, através de uma decisão militar. Essa podia ser uma convicção existente em 1947 e nos anos imediatos, quando o Ocidente detinha o monopólio das armas atômicas e a guerra fria podia parecer o prelúdio de um conflito real”. SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.4.

¹³⁶ Ibidem, p.5. De fato, o gradativo afastamento do risco de uma guerra termonuclear ensejou uma evolução da própria lógica dos conflitos bélicos, sobretudo posteriormente ao fim da Guerra Fria. Nesses novos paradigmas, nota-se que o emprego de recursos convencionais de poder se faz cada vez mais conjugado com meios não-convencionais de conflito (a partir de dados, cultura, telecomunicações, entre outros). Sobre as novas formas de guerra ver: CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética Cultural: Estado, Soberania e Defesa Cultural*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Tese, Doutorado em Direito), 2016; KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas: das Revoluções Coloridas aos Golpes*. Trad. Thyago Antunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

¹³⁷ “[...] as grandes dificuldades da sociedade brasileira estão todas elas relacionadas com a própria utilização da sua área, com a própria valorização dos seus recursos territoriais, naturais e demográficos. Podemos dizer que o preenchimento dos fins do Estado Nacional Brasileiro consiste,

Desde essa perspectiva, o Brasil se classifica dentre os *Estados potencialmente agredidos*, significando, portanto, que sua primordial preocupação seria a de refratar eventuais investidas de outros atores. Por isso, a tradicional posição do país de não adesão a iniciativas militaristas é tida por San Tiago Dantas como influxo da necessidade estratégica de se preservar seu mais vital interesse ante às ambições de potências estrangeiras; influxo que foi traduzido em uma indispensável construção ideológica que designa por “pacifismo”. Em sua visão,

Desta situação brasileira, nascem, indiscutivelmente, algumas construções ideológicas e, desde logo, a mais válida, a menos discutível das ideologias que presidem a nossa política externa é um produto direto de nossa posição de Estado potencialmente agredido, de nosso interesse vital de preservar o nosso território de qualquer tentativa de determinação alheia, é a ideologia pacifista.¹³⁸

Desse modo, Dantas evidentemente compreendia a essencialidade que a ideologia de política exterior de Rio Branco representava para os interesses permanentes do Estado Brasileiro. À geração de Paranhos, o intelectual atribui o mérito de se tecer o pacifismo e incorporá-lo a nossa tradição e ideário diplomáticos.

O pacifismo é o fundo da conduta internacional brasileira, é a doutrina reiteradamente afirmada pelo Brasil como um padrão de civilização, como um traço marcante de sua superioridade cultural e, nesse ponto, a cultura brasileira, desde muito cedo, teve um papel pioneiro, indicando a rapidez com que se projetou, na consciência da primeira geração republicana, a ideia de que o país deveria tomar a linha da defesa de sua integridade contra qualquer agressor eventual.¹³⁹

essencialmente, em desenvolver, dentro de suas atuais possibilidades territoriais, naturais e demográficas, uma sociedade que ainda se apresenta no grupo das nações de baixo nível de vida no mundo. Para alcançarmos a realização desses fins, para os quais sentimos que se orientam as atividades governamentais e as próprias atividades privadas, não estamos na dependência de alcançarmos determinação sobre áreas externas [...] Desde logo, a circunstância de vivermos num mundo onde os problemas demográficos e os problemas econômicos avultam todos os dias, gerando a necessidade de uma participação franca dos países adiantados nos recursos dos países mais atrasados, criam para nós os interesses vitais do segundo grupo, ou seja, a necessidade de fazermos uma política externa que impeça qualquer pretensão alheia de alcançar determinação dentro da nossa própria área.” Cf. SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *As doutrinas políticas e o Estado Moderno*. SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. In: *Poder nacional, cultura política e paz mundial; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962)*. Rio de Janeiro: ESG. 2014, p.125.

¹³⁸ Ibidem, p.137.

¹³⁹ Ibidem, p.139

Em suma, a busca pela paz constitui-se diretriz que reflete, na PEI, a luminosa obra de Rio Branco, articulando, pela mediação de Dantas, um projeto de política exterior que, mais uma vez, magistralmente, concilia realismo e idealismos políticos.

3.4.2. A defesa da não-intervenção e da autodeterminação dos povos.

Por sua vez, a defesa da não-intervenção e da autodeterminação dos povos articulam-se como terceira diretriz estruturante da Política Externa Independente. Desde logo, faz-se notar sua íntima correlação com o imperativo da promoção internacional da paz, que abordamos previamente. Nessa perspectiva, a PEI concebe o respeito à autodeterminação dos povos e à soberania dos Estados como premissas angulares para se arquitetar um processo consistente de reversão do estado de beligerância.

Ainda que se possa argumentar que estes princípios já se encontravam previamente integrados à tradição diplomática brasileira, bem como ao próprio Direito Internacional Público moderno, constituiu-se mérito do novo projeto de política exterior elevá-los a um novo momento e intensidade. Paralelamente, é em defesa de tal princípio que a PEI eleva-se à sua apoteose, enquanto parte da experiência político-diplomática da República de 1946. Mais especificamente, isso se manifestou na intransigente recusa do Ministério de Relações Exteriores, sob a batuta de Dantas, em defender qualquer política continental de intervenção em Cuba. Tal posição já havia sido externada pelo chanceler, ainda nos seus primeiros dias à frente do Itamaraty:

Com relação a Cuba, o Governo brasileiro manterá uma atitude de defesa intransigente do princípio de não intervenção, por considerar indevida a ingerência de qualquer outro Estado, seja sob que pretexto fôr, nos seus negócios internos. Fiel aos princípios democráticos que se encontram inscritos na Carta de Bogotá, e que constituem base essencial do sistema interamericano, o Brasil deseja ver o Governo revolucionário cubano evoluir, dentro do mais breve prazo, para a plenitude da vida democrática, inclusive no que diz respeito ao processamento de eleições livres e à efetividade de garantias para os direitos individuais. Essa evolução depende, entretanto, de forma exclusiva, da autodeterminação do povo cubano, e não poderá ser substituída, nem acelerada, por qualquer forma de pressão ou de ingerência vinda do exterior.¹⁴⁰

¹⁴⁰ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.14. Deve-se esclarecer que a Carta de Bogotá, a que Dantas se refere, é o tratado interamericano, celebrado em 30 de Abril de 1948, na capital colombiana, que funda a

Repetidamente, Dantas teria de afirmar a posição da política exterior brasileira pela defesa da não-intervenção, a qual, por sua vez, forma a um conceito de política exterior não-alinhada e autônoma. Com efeito, a partir da chamada Conferência de Punta Del Este, em 1962, o Brasil mostrou que conservaria esse princípio com independência e altivez.

Convocada para deliberar sobre o futuro de Cuba no sistema interamericano, a Conferência tornou-se palco do antagonismo entre as posições das delegações brasileira e estadunidense. A primeira opôs-se firmemente a toda sorte de proposta que implicasse a violação da soberania de Havana: quer indiretamente, na forma de imposição de embargos; quer diretamente, na forma de invasão militar. Em consonância com a diplomacia brasileira, as delegações de Argentina, México, Bolívia, Chile e Equador, conjugando-se no chamado *Grupo dos Seis*, também se expressaram pela autodeterminação cubana, bem como contrárias à expulsão do país caribenho da Organização dos Estados Americanos. Por sua vez, a posição do governo de Washington, satelitizado pelos países da América Central, foi de sistemática hostilidade ao Estado Cubano. Assim dividiu-se

[...] de um lado, o bloco de países liderado pelos Estados Unidos, mas com apoio entusiasmado de muitas nações da América Central, além da Colômbia e do Peru, defendendo medidas duras contra Cuba, tais como sanções econômicas e rompimento de relação diplomáticas; do outro, o Grupo dos Seis, liderado pelo Brasil, sustentando a posição de que, por mais que o regime cubano fosse incompatível com o sistema interamericano, seria desaconselhável sanções contra a ilha [...]¹⁴¹

Não obstante, para além dos embates na cena internacional, San Tiago sustentou sua posição diante, também, de significativas pressões internas. De fato, as oposições domésticas à Política Externa Independente, que já se faziam consideráveis durante a chancelaria de Afonso Arinos,¹⁴²tiveram na atuação mais assertiva do Itamaraty em

Organização dos Estados Americanos (OEA). Dentre o rol de seus princípios, a Carta faz expressa defesa do respeito à soberania, à personalidade, e à independência de seus signatários.

¹⁴¹ LOUREIRO, Felipe. *A política externa brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p.195.

¹⁴² Sobre os enfrentamentos à sua condução da política externa brasileira, Afonso Arinos registraria em suas memórias que: “[...] foi minha passagem pelo Itamaraty, tão desvirtuada pela ignorância presunçosa de alguns, pelo reacionarismo empedernido de outros, ou ainda pelas baixas inspirações do ódio (que nem sempre terá sido ‘gratuito’) ou da inveja de certo tipo de políticos ou jornalistas.

Punta Del Este um pivô para o seu acirramento. Em paralelo, à medida em que se verificava a penetração da lógica bipolar no tecido social brasileiro, as polêmicas concernentes a questões diplomáticas foram ecoando na audiência popular nacional. Por isso, ao se colocar em franca dissidência dos EUA, em favor de um país socialista, a política externa brasileira animou acalorados debates e embates na opinião pública nacional de então; uma das raríssimas circunstâncias de nossa história em que a diplomacia fez-se assunto popular.¹⁴³

A fim de acalmar os ânimos domésticos, Dantas teve de justificar a posição brasileira em pronunciamento na cadeia nacional de rádio e televisão- gesto ímpar na história dos chefes diplomáticos brasileiros.¹⁴⁴ Posteriormente, foi o Ministro convocado ao Congresso Nacional para se defender de Moção de Censura aprovada pela Câmara dos Deputados; ocasião em que ouviu duros apartes de parlamentares sobre o voto brasileiro na Conferência de Punta Del Este.¹⁴⁵ Entretanto, no plano interno, não houve lida simbolicamente mais desafiadora à PEI do que a condenação expressa de suas posições na questão cubana por parte de praticamente todos os ex-chanceleres brasileiros, em carta aberta publicada à Nação, em 17 de Janeiro de 1962.¹⁴⁶ Neste último episódio, a PEI evidenciou que, embora assumindo os mesmos postulados da tradição inaugurada por Rio Branco, a releitura que empreendeu do próprio ideário

Estava eu ali [...] entre dois fogos: de um lado atacavam-me, os esquerdistas, como defensor do acordo militar com aquele país [EUA] e suspeito de excessivo americanismo; do outro, tinha as reservas dos direitistas (inclusive os do meu próprio partido), propensos a uma identificação completa com os interesses norte-americanos”. Cf. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo*; memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018, p.822.

¹⁴³ Nessa perspectiva, Cervo e Bueno comentam que: “Dividiu-se a opinião nacional, que até então dera pouca atenção aos assuntos internacionais. Política exterior tornou-se assunto popular à época da PEI. Temas de natureza internacional, em geral tratados em círculos restritos, tidos como algo distante, passaram a ser discutidos em veículos de larga divulgação, e ligados ao problema nacional do desenvolvimento”. Cf. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p.334.

¹⁴⁴ Cf. SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.119-116.

¹⁴⁵ Cf. SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Reunião de Punta Del Este, o caso de Cuba e moção de censura. In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985, p.337-404.

¹⁴⁶ Publicada dias antes do início da Conferência de Punta Del Este, a carta aberta foi assinada pelos seguintes ex-ministros: José Carlos de Macedo Soares (Getúlio Vargas, 1934-1937); João Neves da Fontoura (Eurico Dutra, 1946; Getúlio Vargas, 1951-1953); Vicente Rao (Getúlio Vargas, 1953-1954) e Horácio Lafer (Juscelino Kubitscheck, 1959-1961). Cf. SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.75-79.

diplomático converteu-se em inequívoca ruptura da mentalidade diplomática de então,¹⁴⁷ fruto, que era, de uma tensão dialética entre conservação e mudança.

¹⁴⁷ Cf. LOUREIRO, Felipe. *A política externa brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p.195.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da razão vencida ao Quixote triunfante

Em uma de suas mais célebres conferências, San Tiago Dantas conferiu à obra de Dom Quixote uma posição de distinção no rol da literatura européia. Em seu sentir, a saga do Cavaleiro da Triste Figura reunia em si alguns aspectos que a tornavam uma das mais perfeitas representações da própria alma ocidental; um apólogo de seu espírito.

A alma moderna, porém, tem formas e procedências múltiplas; se fosse necessário escolher, apesar disso, a sua lenda primordial, eu por mim egeria o "Fausto", de preferência a qualquer outra. Reconheceria, porém, que o espírito moderno, numa tal representação, estaria mutilado. Ele contém outros sentidos, para os quais é possível encontrar, nas grandes obras de arte ou episódios históricos, as formas imanentes. Uma destas, que a nenhuma outra equivale ou se reduz, é o Quixote, de CERVANTES.¹⁴⁸

Especialmente, Dantas tinha na primorosa obra de Miguel de Cervantes não uma representação genérica do Ocidente; antes, em face do vigor de seu poder de representação, Quixote assumia também as feições singulares do próprio universo ibérico, de que é parte tanto a Europa, quanto as Américas. Em Quixote, portanto, entrelaçam-se tanto uma tradução particular do Ocidente, quanto sua manifestação universal. Por isso, postula San Tiago,

[...] sem o Quixote, o espírito ocidental, especialmente ibérico e ibero - americano, teria tido outros caminhos. E, se hoje o perdêssemos, e o apagássemos da memória, muito do que existe em nós se nos tornaria indecifrável.¹⁴⁹

Em suas meditações, Dantas se afasta de qualquer abordagem que tome a criação cervantina como fato literário, enquanto obra em si. Seu foco primordial repousa em aprender a personagem de Dom Quixote como *símbolo*, ou seja, a partir do “sentido que ela adquiriu ao se projetar na consciência do mundo ocidental”. Ante tal projeção, e ao longo de seu devir na História, a obra de Cervantes não se conservaria fixa em um significado único, original; antes, ao penetrar nas mentes e corações de

¹⁴⁸ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *D. Quixote*; um apólogo da alma Ocidental. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1948, p.20.

¹⁴⁹ Ibidem, p.20.

cada momento da evolução cultural de um povo, sua semântica seria enriquecida por novas e distintas perspectivas, e, por sua vez, acabaria por iluminar a experiência humana de cada época.

Depois de iluminar o mundo real, tornando-o inteligível, um incessante intercâmbio se inicia, pois, de um lado, a obra de arte irradia sobre a existência a sua força persuasiva, e de outro lado recebe da consciência humana matizes de compreensão, que lhe enriquecem o sentido.¹⁵⁰

Mas o que, em síntese, definiria a alma ocidental? Como San Tiago Dantas concebe suas mais peculiares características? Primeiramente, o jurista toma o Ocidente como fruto da fusão do classicismo greco-romano com a religião cristã, da qual derivou-se, em suas palavras, um sistema moral e uma atitude metafísica de que comungavam tanto elites quanto povo. Em especial, a noção de alma ou espírito, que se gestou no seio dessa civilização, imprimiu-lhe uma atitude específica em relação à natureza, pela qual, “Jamais admitiu, porém, que o homem, na sua individualidade interior, estivesse vinculado para sempre àquele universo físico de que participa”.¹⁵¹ Ao mesmo tempo, diferentemente do que se verifica no Oriente, o homem ocidental não adota postura de fuga dessa realidade; antes, empenha-se por domá-la, à luz de suas aspirações. Com efeito, pontua Dantas, a mentalidade ocidental seria de reafirmação frente ao universo; uma atitude positiva, marcada pelo senso de vitória da vida sobre a morte, do homem sobre a natureza.

Compreende-se bem o que seja a atitude positiva em face do universo, quando se contrapõe esta atitude àquela, que parece estar na raiz da civilização oriental, ou seja, a atitude negativa em face do universo. Toda ideia de integral realização do destino humano, ideia que religiosamente se exprime na salvação e que no plano humano e social significa a plena realização do destino de cada um, depende, segundo o Ocidente, de que o homem intervenha no universo, de que o aceite como um meio natural e único conveniente para realização de sua personalidade e plena consumação do seu destino. Pelo contrário, a ideia básica no Oriente, que guiou as manifestações primordiais das suas culturas, é a ideia de que o homem deve se retirar do universo, deve, tanto quanto possível, superar a fragilidade da condição humana, fugir às peripécias cósmicas, tornando-se invulnerável a elas e renunciando à participação neste mundo ilusório, aparente, onde a atividade do homem espiritualmente inferior se desenvolve.¹⁵²

¹⁵⁰ Ibidem, p.5.

¹⁵¹ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Interpretação da realidade brasileira. In: SAN TIAGO, Francisco Clementino de. In: *Poder nacional, cultura política e paz mundial*; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962). Rio de Janeiro: ESG. 2014, p.184.

¹⁵² Ibidem, p.183.

Nessa perspectiva, o Cavaleiro de La Mancha constitui-se expressão do Ocidente, ao encenar o drama metafísico do homem ocidental em face do universo. Quixote tomava a si mesmo enquanto comissionado a lutar contra a opressão e a injustiça de sua realidade, redimindo os marginalizados, os excluídos e os violados em seus direitos. Suas ações não eram outra coisa senão decorrente do desígnio de tornar o mundo tal qual o seu dever-ser; de fazer o real curvar-se ao ideal; ao natural conformar-se à imagem do espiritual. Com devoção, Quixote confiava a si mesmo em sua missão, não importando o senso de ridículo que sua atitude despertava nos demais personagens de sua trama. Por conseguinte, postula San Tiago:

A aspiração de D. Quixote à aventura, o seu desejo de renovar, no mundo povoado de injustiças do seu tempo, a ação purificadora da andante cavalaria, e de operar essa ação pelo dom de si mesmo, é, em si, um dos mais altos anseios a que tendeu o espírito humano, e a provação a que se sujeitou para cumpri-lo, um drama do tipo messiânico.¹⁵³

Não obstante, não seria o heroísmo de Quixote decorrente de meras ilusões e perturbações mentais? Não é o Cavaleiro uma figura ingênua e antiquada e, em especial, cômico? Ao fim, não teria sido sua sina o fracasso e a desilusão? “É o Quixote um herói fracassado?”, teceu Dantas essa inafastável provocação. Com seu brilhantismo, cuida ele mesmo de nos lecionar a resposta:

Mas quando passamos a última página do livro inimitável, compreendemos que a efusão do heroísmo não ficou perdida; que os atos malogrados do último cavaleiro foram recebidos a crédito, para compensação das injustiças e agravos que ele não soube ver, nem reparar; e finalmente que dele brota um ensinamento contrário ao ideal da eficiência, que é o da simples entrega de si mesmo, para operar pelo exemplo e pela germinação.¹⁵⁴

Com efeito, ao não permitir ser medido pela métrica do paradigma da eficiência, o protagonista de Cervantes afasta-se de forma significativa da expressão heróica convencional, cultivada pelas epopéias gregas ou nos próprios romances de cavalaria tradicionais, por exemplo. Desse modo, sua efetiva confirmação enquanto herói não se verifica a partir de seus êxitos imediatos; pelo contrário, como exemplo e germinação, só o visualizamos *contra* a imediaticidade de seu momento. Nesse sentido, os fracassos de Dom Quixote servem-lhe por confirmar, no plano das

¹⁵³ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *D. Quixote*; um apólogo da alma Ocidental. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1948, p.13.

¹⁵⁴ Ibidem, p.23.

consciências e da História, seu inequívoco triunfo. Em sua síntese, assim nos ensina Dantas:

O fracasso, o insucesso, o ridículo, não obumbram, antes fazem resplandecer o heroísmo de D. Quixote. E aumentam a eficácia espiritual dos seus atos. Nisto a criação cervantina liberta o heroísmo da concepção aristocrática, que se transmitira aos romances medievais, e deita suas raízes no solo mais nobre do Cristianismo. Pois só o Cristianismo revelou que fracassar é, muitas vezes, apenas o ponto de partida para vencer, e estendeu, assim, às ações humanas, no plano do tempo, a ideia evangélica da semente que morre, e se transforma em árvore, e ainda produz muitos frutos.¹⁵⁵

Em face dessas reflexões, verifica-se certo paralelo entre a Política Externa Independente e Dom Quixote. Foi a PEI um projeto fracassado? Perguntamo-nos, inspirados na mesma questão que Dantas lançou sobre o destino do protagonista cervantino. Tal qual o herói de Cervantes, o projeto de política exterior que tratamos de discorrer até aqui não se permite ser aferido por seus êxitos imediatos. Aliás, desde essa instância do tempo histórico, o que se verificou foi o seu insucesso enquanto doutrina diplomática. Diante da sistemática oposição pátria, a PEI veio a sucumbir durante o ocaso da República de 1946. De fato, a política externa brasileira nos primeiros anos do regime civil-militar de exceção de 1964 buscou reverter a posição de autonomia e não-alinhamento que o Itamaraty adotara até então.¹⁵⁶ Apesar deste momentâneo eclipse, porém, nenhum dos governos autocráticos desse sombrio período intentou desfazer as relações diplomáticas com Moscou e com parte do Bloco Socialista, que Dantas se esforçara por reatar. Gradativamente, a PEI voltaria a se projetar sobre nossa atuação internacional do Brasil, e a busca por autonomia passaria a ser uma constante também da diplomacia da ditadura civil-militar.¹⁵⁷

¹⁵⁵ Ibidem, p.25. Sobre a parábola bíblica a que Dantas se refere, Cf. Jo, 12: 24.

¹⁵⁶ Nesse sentido, comenta Afonso Arinos: “O grande erro de orientação do Itamaraty, no governo Castelo Branco, foi o de aceitar, com invariável docilidade, a linha do Departamento de Estado como sendo a única através da qual o Brasil poderia cumprir com os seus deveres de membro da comunidade ocidental. Este erro é básico: provém de uma falsa conceituação dos princípios (não das motivações) de política externa aplicáveis ao Brasil e despersonalizou, descaracterizou até o extremo limite — que é o do ridículo — a fisionomia brasileira no exterior, transformando-nos numa espécie de grande Paraguai”. Cf. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo*; memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018, p.1113.

¹⁵⁷ Cf. HUREELL, Andrew James. *The quest for autonomy: the evolution of Brazil's role in the international system (1964-1985)*. Brasília: FUNAG, 2014.

Com efeito, o triunfo da PEI, e do próprio San Tiago, verifica-se enquanto “verdadeira emancipação do pensamento”,¹⁵⁸ “na revolução profunda com que renovou a consciência que o Brasil tem de si mesmo, de seus reais interesses, de seu papel no mundo; ou melhor, de sua identidade autêntica”.¹⁵⁹ Tal revolução se inscreve, a seu turno, na longa experiência da política externa brasileira, cuja busca por reafirmação encontrou durante o Segundo Reinado, no Império, e a chancelaria de Rio Branco, na Primeira República, seus momentos de maior intensidade e vigor até então. De fato, de sua elevação a Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves até o presente, constitui-se imperativo do Estado Brasileiro fazer-se autônomo enquanto ator no jogo político internacional, sobretudo em nome da conservação de seu território e de seu desenvolvimento. Centrando a condução de suas relações exteriores na perseguição desses imperativos, a consciência nacional desenvolveu-se, atravessando caminhos e encruzilhadas: de sua experiência enquanto *para si* durante o Império, projetou-se na República pela mediação do próprio Barão do Rio Branco. Pedra basilar de nossa diplomacia, o Barão inseriu em nossa tradição um pujante ideário – pautado nos princípios de não-intervenção, da solução pacífica de conflitos e na autodeterminação dos povos – que logo se torna indiscernível da própria *persona* internacional do Brasil. Como construção ideológica, as linhas de política exterior que brilhantemente teceu mostram-se efetivas em uma *pragmática* perseguição dos interesses nacionais, comunicando às gerações futuras uma refinada percepção estratégica, uma atenção primorosa aos jogos reais de poder que subjazem às relações entre os Estados.

A Política Externa Independente, nesse sentido, constitui-se como síntese dessa marcha histórica do Estado Brasileiro na sua busca de autonomia e reafirmação. Foi obra de um bem sucedido esforço, realizado desde uma tensão dialética entre conservação e mudança, por reinterpretar a tradição de Rio Branco à luz dos desafios que a nova ordem geopolítica do século XX colocava aos caminhos do país. Enquanto filha da República de 1946, a Política Externa Independente também se encontra lastreada à convicção do destino do Brasil em se acender enquanto potência no concerto internacional; em superar sua condição de subdesenvolvimento; e, em se

¹⁵⁸ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p.471.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p.471.

firmar nos postulados da democracia representativa. Conciliando essas mais nobres aspirações da alma brasileira, a Nação tem na PEI e em seu luminoso proponente um apólogo pelo qual pode contemplar-se, em seu vir-a-ser.

Por fim, se do ponto de vista da imediaticidade, San Tiago Dantas pode ser considerado uma razão vencida de seu tempo¹⁶⁰. No plano da História, porém, sua obra irrompe vindicada, iluminando as trilhas do Brasil rumo ao seu destino. Ante o seu legado, Dantas figurará para sempre em nossos horizontes como um Quixote triunfante.

¹⁶⁰ Cf. DUTRA, Pedro. *San Tiago Dantas; a razão vencida: (o ideólogo: 1911-1945)*. São Paulo: Singular, 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Celso. Prefácio. In: SAN TIAGO, Francisco Clementino de. *Poder nacional, cultura política e paz mundial*; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962). Rio de Janeiro: ESG, 2014, p. 7-10.
- BANDEIRA, Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil; dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. *O Império do Brasil e a política de intervenção no rio da Prata (1843-1865)*. Brasília: FUNAG, 2018.
- BELLINTANI, Adriana Iop. *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. Brasília: UnB (Tese, Doutorado em História), 2009.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro; os ciclos ideológicos do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BRAUDEL, Fernand. *Gramáticas das civilizações*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BURNS, Badford. *The unwritten alliance: Rio-Branco and Brazilian-American relations*. New York: Columbia University Press, 1966.
- CABRAL, Severino. *Brasil megaestado: nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- CABRAL, Severino. Meira Mattos e os trópicos. In: *Cadernos de Estudos Estratégicos*, [S.l.], n. 12, p.76-96, dez.2013.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética Cultural: Estado, Soberania e Defesa Cultural*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Tese, Doutorado em Direito), 2016.
- CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. *Estudos Avançados. São Paulo*, v. 26, n. 75, mai./ago. 2012, p.77-90.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- CERVO, Amado Luiz. Introdução à política externa e às concepções diplomáticas do período imperial. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)* vol. 1. Brasília: FUNAG, 2013.

- DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.
- DUTRA, Pedro. *San Tiago Dantas; a razão vencida: (o ideólogo: 1911-1945)*. São Paulo: Singular, 2014.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo; memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. São Paulo: Global, 2004.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GUIMARÃES, Sérgio Pinheiro. Prefácio: reflexões sul-americanas. In: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. Introdução à História da Filosofia. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Lisboa: Edições 70, 2006.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. (Trad. Paulo Meneses). Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos; o breve século XX (1914-1991)*. (Trad. Marcos Santarrita). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWN, Eric. *The Age of Empires (1870-1914)*. New York: Vintage Books, 1989.
- HORTA, José Luiz Borges. *Dialética do Poder Moderador: ensaio de uma ontoteleologia do Estado do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG (Tese de Titularidade), 2020.
- HORTA, José Luiz Borges. *(Una) Dialéctica de la Cultura: para una relectura de los desafíos de la Era Post al pensamiento crítico [inédito]*.
- HORTA, José Luiz Borges. Santhiago Dantas e a cultura jurídica; esboço de releitura filosófica. In: HORTA, José Luiz Borges. *Ensaaios de educação jurídica*. [no prelo].
- HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.
- HORTA, José Luiz Borges. *Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico*. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, Belo Horizonte, ano 6, n. 23, p. 783-806, jul/set. 2012.
- HUREELL, Andrew James. *The quest for autonomy: the evolution of Brazil's role in the international system (1964-1985)*. Brasília: FUNAG, 2014.

KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas: das Revoluções Coloridas aos Golpes*. Trad. Thyago Antunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KORYBKO, Andrew. No, Pompeo, The West Isn't Winning. *Oneworld*, 2020. Disponível em: <http://oneworld.press/?module=articles&action=view&id=1>. Acesso em: 18 de Agosto, 2020.

LIMA, Moreira Sérgio Eduardo (org.). *O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia*. Brasília: FUNAG, 2018.

LUKIN, Alexander. *China and Russia; the new rapprochement*. Cambridge; Madford: Polity Press, 2018.

LOUREIRO, Felipe. A política externa brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MACKINDER, Halford John. The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*, London, v.170, n.4, p.298-321, dez. 2004.

MAHAN, Alfred. *The influence of Sea Power upon History: 1660-1783*. Boston: Little, Brown and Company, 1890.

MOREIRA, Marcílio Marques. Introdução: a vida e obra de San Tiago Dantas. In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985, 19-67.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Geopolítica e política exterior; Estados Unidos, Brasil e Argentina*. Brasília: FUNAG, 2010.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência; a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NYE, Joseph. *The future of the power*. New York: Public Affairs, 2011.

OLIVEIRA, Ana Carolina Rosso de. FRANCO. Sâmia Brito de. O declínio hegemônico norte-americano e a ascensão de um sistema multipolar: sinais que vêm do Oriente. In: *Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 37, p. 7-16, jan./abr. 2016.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Renato Ferreira. *Nacional-desenvolvimentismo e política externa brasileira: o pensamento político de San Tiago Dantas entre 1950 e 1960*. São Carlos: UFSCar, 2016, (Dissertação, Mestrado em História).

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

RICUPERO, Rubens. A política externa da Primeira República (1889-1930). In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)* vol. 2. Brasília:FUNAG, 2013.

SALGADO, Joaquim Carlos. Estado ético e Estado poético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 27, n. 2, abr./jun. 1998, p. 37-68.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. A educação jurídica e a crise brasileira. In:SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Palavras de um professor*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p.51-84.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Aula inaugural In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de.*Palavras de um professor*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p.141-158.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. As doutrinas políticas e o Estado Moderno. SAN TIAGO, Francisco Clementino de. In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de.*Poder nacional, cultura política e paz mundial; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962)*. Rio de Janeiro: ESG, 2014,p.215-254.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *D. Quixote; um apólogo da alma Ocidental*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1948.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Formulação da Política Externa Independente. SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Ideias e rumos para a revolução brasileira. In: *Revista Brasileira de História*, vol.24, n.47, São Paulo, 2004, p. 330-338.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Interpretação da realidade brasileira. SAN TIAGO, Francisco Clementino de. *Poder nacional, cultura política e paz mundial; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962)*. Rio de Janeiro: ESG. 2014. p.177-192.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Novos rumos do Direito. In: DANTAS, San Tiago. *Palavras de um professor*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p.21-35.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. O Brasil e o desarmamento. In: LESSA, Renato; HOLLANDA, Cristina Buarque(orgs.). *San Tiago Dantas*; coletânea de textos sobre política externa. Brasília: FUNAG, 2009, p.229-235.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. O Poder Nacional, seus móveis, interesses e aspirações; realismo e idealismo políticos. In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Poder nacional, cultura política e paz mundial; conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962)*. Rio de Janeiro: ESG. 2014, p. 115-141.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. Reatamento das relações com a URSS. In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. In: *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985, p.403-447.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Reunião de Punta Del Este, o caso de Cuba e moção de censura. In: SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1985, p.337-404.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Política exterior e desenvolvimento. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, v. VIII, n.27,set./ dez. 1994, p.373-652.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TORRES, Miguel Gustavo de Paiva. *O Visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império*. Brasília: FUNAG, 2011, p.22.

XIANG, Laxin. China and the 'Pivot'. *Survival*, Bahrain; London; Singapore; Washington, vol. 54, n. 5, October/November 2012, p. 113–128. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00396338.2012.728349>. Acesso em: 27 de Dezembro,2020.

RESUMO/ABSTRACT

RESUMO

O presente trabalho representa um esforço de compreensão das origens da Política Externa Independente, à luz do pensamento político-estratégico de Francisco Clementino de San Tiago Dantas. Seu objetivo é analisar como a política externa do Brasil evoluiu desde seu processo de Independência à República de 1946, momento em que a PEI é inaugurada enquanto doutrina diplomática. Além disso, buscaremos elucidar a relação entre a tradição inaugurada pelo Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, e o novo paradigma de inserção internacional proposto por Dantas.

ABSTRACT

The present work represents an effort to understand the origins of Independent Foreign Policy, in the light of the political-strategic thought of Francisco Clementino de San Tiago Dantas. Its objective is to analyze how Brazil's foreign policy evolved since its Independence from the Republic of 1946, when the PEI was inaugurated as a diplomatic doctrine. In addition, we will seek to elucidate the relationship between the tradition inaugurated by the Baron of Rio Branco, patron of Brazilian diplomacy, and the new paradigm of international insertion proposed by Dantas.

